

Seminário Ibero-americano

## PROTEÇÃO AOS DIREITOS DE VENEZUELANAS E VENEZUELANOS Por uma acolhida humanitária na América Latina

23 e 24 de outubro de 2018 | São Paulo-SP

Acesse: <http://escola.mpu.mp.br/h/rede>

Relatório Final

Realização



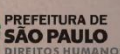
MPF  
Ministério Público Federal



Implementada por  
giz  
GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit



Apoio



---

## Seminário Ibero-americano

# Proteção aos direitos de Venezuelanas e Venezuelanos

## Por uma acolhida humanitária na América Latina

23 e 24 de outubro de 2018

São Paulo - SP

**Realização:** Escola Superior do Ministério Público da União

**Parceiros:** Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF), Federação Ibero-americana de Ombudsman (FIO), Projeto Regional de Fortalecimento dos Membros da FIO da Agência de Cooperação Alemã (PROFIO/GIZ)

**Apoio:** Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes, composta pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos (PFDC), o Ministério Público do Trabalho (MPT), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), Conectas Direitos Humanos, o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e a Defensoria Pública da União (DPU)

---

### Relatório Final

Relatoria, sistematização e edição: Soraia Silva de Mello e Ísis Lima Soares

Apoio: Fernanda Teixeira

Fotos: Sonia Mele | Ascom ESMPU

Projeto gráfico: Coarquitetos – Arte, Design e Arquitetura

Este relatório foi elaborado com o apoio do Projeto Regional de Fortalecimento dos Membros da FIO da Agência de Cooperação Alemã (PROFIO/GIZ)



---

## Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>5</b>
<b>Mesa de abertura .....</b>	<b>7</b>
João Akira Omoto, Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União.....	7
Camila Asano, representante da Conectas Direitos Humanos.....	7
Jaime Nadal, Representante no Brasil do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).....	8
Gabriel Faria Oliveira, Defensor Público Federal .....	9
Melanie Santizo, Oficial de Direitos Humanos do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) Regional.....	10
Juan Carlos Murillo, chefe da Unidade Jurídica Regional das Américas do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).....	11
Iris Mirian Ruiz, Presidente da Federação Ibero-americana de Ombudsman.....	12
Catarina von Zuben, Coordenadora Nacional da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho, representando o Procurador-Geral do Trabalho.....	13
Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão .....	14
Raquel Dodge, Procuradora-Geral da República.....	15
<b>Mesa 1 - Normativas e Políticas Migratórias: Regularização, Solicitação de Refúgio, Controle Migratório .....</b>	<b>19</b>
Moderadora: Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão.....	19
Ingrid Rusinque Osório, <i>Defensoría del Pueblo de Colombia</i> .....	19
Alejandra Garcia Martinez, <i>Defensoría del Pueblo de la Nación Argentina</i> .....	21
Domingos Dresch da Silveira, PFDC Adjunto.....	22
Beatriz Contreras Reyes, <i>Jefa de la Region Metropolitana de INDH de Chile</i> .....	24
Gabriella Gonçalves, Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) .....	25
<b>Mesa 2 - Atenção humanitária: Serviços humanitários emergenciais, atenção à população migrante, acolhimento, abrigamento, atenção psicossocial.....</b>	<b>28</b>
Moderador: João Akira Omoto, Diretor-Geral da ESMPU.....	28
Gina Benavides, <i>Defensora del Pueblo del Ecuador</i> .....	28
Marcos Baras, <i>Defensoría del Pueblo da Espanha</i> .....	30
Paulo Sérgio de Almeida, Representante do ACNUR no Brasil.....	31



Irmã Rosita Milesi, Diretora do Instituto Migrações Direitos Humanos (IMDH).....	35
<b>Rodada de debate – Mesas 1 e 2.....</b>	<b>38</b>
<b>Mesa 3 - Proteção especial a grupos de atenção prioritária: atenção e acesso a direitos de mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, indígenas, população LGBTI.....</b>	<b>42</b>
Moderadora: Fabiana Galera Severo, Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos .....	42
David Tezanos Pinto, Defensor <i>del Pueblo</i> da Bolívia.....	42
Fernando Wing, <i>Defensoría del Pueblo</i> do Panamá.....	43
Jaime Nadal, Representante do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) .....	45
Rosana Veja, Chefe Nacional de Proteção à Criança do UNICEF.....	47
<b>Mesa 4 - O papel da mídia no combate à xenofobia: Jornalismo, Direitos Humanos, Migração e Refúgio.....</b>	<b>51</b>
Moderadora: Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão.....	51
Luis Carlos Rodrigues Cruz, <i>Servicio Jesuita</i> para Refugiados, Colômbia.....	52
Luz Mely Reyes, <i>Efecto Cocuyo</i> .....	53
Paula Ramon, Agência France Presse.....	57
Camila Asano, Conectas Direitos Humanos .....	58
<b>Rodada de debate – Mesas 3 e 4.....</b>	<b>59</b>
<b>Mesa 5 - Por uma acolhida humanitária na América Latina. Oportunidades e desafios. Estratégias em andamento. ....</b>	<b>64</b>
Moderadora: Cyntia Sampaio.....	64
Sonia Cavalié, <i>Defensoría del Pueblo</i> do Peru.....	64
Ulisses Dias de Carvalho, Ministério Público do Trabalho.....	69
João Freitas de Castro Chavez, Representante da DPU.....	71
<b>Rodada de debate – Mesa 5.....</b>	<b>74</b>
Contribuição adicional pós-evento .....	78
<b>Apresentação das relatorias e debate com <i>Federacion Iberoamerica de Ombudman</i> – FIO.....</b>	<b>79</b>
<b>Anexo.....</b>	<b>85</b>





---

## Apresentação

Este relatório descreve os resultados das atividades do Seminário Ibero-americano 'Proteção aos direitos de Venezuelanas e Venezuelanos. Por uma acolhida humanitária na América Latina', promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União, pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, pela Federação Ibero-americana de Ombudsman (FIO) e pelo Projeto Regional de Fortalecimento dos Membros da FIO da Agência de Cooperação Alemã (PROFIO/GIZ), no auditório do CREA-SP, em São Paulo, Brasil, nos dias 23 e 24 de outubro de 2018.

Em continuidade ao Encontro Regional de *Defensorías del Pueblo* ocorrido em Quito, Equador, em setembro de 2018, o Seminário reuniu representantes de defensorias de nove países (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, Panamá e Peru, além do Brasil), agências internacionais, organizações nacionais e da sociedade civil.

O Seminário foi um espaço de encontro entre os atores regionais envolvidos na temática, permitindo a criação de estratégias articuladas relativas ao direito de migração da população venezuelana, tendo como foco a troca de experiências em busca de formas de inserção destas pessoas nos países de acolhida.

Objetivos Específicos do Seminário:

- I. Promover o debate entre as *Defensorías del Pueblo*, a sociedade civil brasileira, as organizações internacionais e outros atores relacionados sobre a acolhida e proteção de venezuelanos e venezuelanas em situação de vulnerabilidade nos países da região;
- II. Identificar os principais desafios da acolhida, abrigamento e integração dos migrantes nos novos países;
- III. Buscar soluções para atender o crescente contingente de venezuelanos e venezuelanas e aliviar a pressão sobre as comunidades e serviços locais nos estados que mais os recebem;
- IV. Apresentação de experiências e ações internacionais de processos de interiorização;
- V. Exortar os Estados a construírem um plano de acolhida humanitária aos migrantes venezuelanos.

Em cinco mesas de debate, os palestrantes compartilharam as experiências sobre os seus países, destacaram as boas práticas criativas, os desafios a serem superados e os compromissos firmados para a acolhida humanitária e proteção aos direitos de venezuelanas e venezuelanos.

- Mesa 1 - Normativas e Políticas Migratórias: Regularização, Solicitação de Refúgio, Controle Migratório
- Mesa 2 - Atenção humanitária: Serviços humanitários emergenciais, atenção à população migrante, acolhimento, abrigamento, atenção psicossocial
- Mesa 3 - Proteção especial a grupos de atenção prioritária: atenção e acesso a direitos de mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, indígenas, população LGBTI



- Mesa 4 - O papel da mídia no combate à xenofobia: Jornalismo, Direitos Humanos, Migração e Refúgio
- Mesa 5 - Por uma acolhida humanitária na América Latina. Oportunidades e desafios. Estratégias em andamento

As próximas páginas apresentam o resumo de cada uma das atividades, em ordem cronológica. O registro das atividades não traz, necessariamente, a transcrição literal das falas dos palestrantes e participantes, mas a síntese livre feita pelas relatoras, buscando destacar a ideia-chave das exposições.



---

## Mesa de abertura

### **João Akira Omoto, Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União**

abriu o evento, saudando a presença de representantes da Federação Ibero-americana de Ombudsman dos nove países ibero-americanos presentes, das agências da ONU, do Sistema de Proteção dos Direitos Humanos, da sociedade civil e pessoas de todas as partes deste país. Ressaltou, ainda, a necessidade de soluções criativas para garantir a acolhida humanitária do grande fluxo de migrantes venezuelanos. Principais destaques de sua fala:



- Vivenciamos um enorme fluxo de venezuelanos. Fala-se em uma diáspora venezuelana. É uma crise política e econômica sem precedentes.
- É um fenômeno que desafia todos a pensar em formas de abrigar, integrar e proteger essas pessoas numa acolhida humanitária emergencial.
- Há necessidade de sermos criativos na gestão e multiplicação dos recursos disponíveis.
- Acolhida humanitária não é apenas um direito. É antes de tudo um dever moral e um imperativo ético dirigido aos Estados, sociedade, cidadãos e cidadãs.
- A ideia do evento é a troca de experiência, irmarmos-nos, ver o que nos aproxima e o que nos distancia. Vamos construir estradas e pontes que nos conduzam a um caminho de aprendizagem conjunto.
- Que haja a sinergia necessária para que a experiência migratória venezuelana seja de respeito, atenção e dignidade.
- Que possamos concretizar a ideia registrada no Pacto Global de que as migrações devem ser ordenadas, reguladas e seguras.



### **Camila Asano, representante da Conectas Direitos Humanos**

ênfatisou a importância da parceria entre as diversas entidades do poder público, as entidades internacionais e a sociedade civil. Principais destaques de sua fala:

- Há um esforço de acolhida aos venezuelanos e venezuelanas e a todos os migrantes.
- É necessário lembrar que migrar é um direito humano, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completa 70 anos.



- As agências e a sociedade civil são aliadas que estão tentando manter as normativas, os direitos das pessoas e o respaldo jurídico. Estamos, em parceria, trabalhando em inúmeras frentes em relação ao acolhimento humanitário.
- É uma oportunidade estarmos com parceiros da região, em um momento de reflexão para troca de experiências entre sociedade civil e governo. Vamos, na prática, com espírito de colaboração, buscar referências e modelos para melhor acolhimento.

### **Jaime Nadal, Representante no Brasil do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)**

fez um resgate do panorama atual da escala global de migrações. Principais destaques de sua fala:

- Há uma escala global de aumento solicitações de refúgio e de residências temporárias devido a situações de conflito existentes e que estão surgindo em vários países, desde o final da Guerra Fria.
- A migração massiva da população venezuelana, perto de 2 milhões de pessoas, que se iniciou em 2015, tem aumentado e possivelmente continuará.
- Deve-se garantir, nesse fluxo desordenado, que os direitos humanos das pessoas sejam respeitados, que elas consigam novas oportunidades e saiam da vulnerabilidade.
- O Brasil é um país conformado pelo fenômeno migratório, incorporado como mais um aspecto da cultura brasileira.
- Que haja integração e resiliência local no Brasil, quarto país a receber as ondas migratórias. Confiamos que, assim como no passado, o Brasil continue sendo um país acolhedor.







### **Gabriel Faria Oliveira, Defensor Público Federal**

ênfatiou a posição da Defensoria Pública da União (DPU) favorável ao acolhimento das pessoas migrantes venezuelanas no Brasil e aos direitos humanos dos migrantes como orientadores da questão migratória. Principais destaques de sua fala:

- Esclarecimentos sobre a temática migratória retiram o véu do preconceito e da xenofobia, em combate ao desconhecimento e à desinformação que circundam o tema.
- Quando se fala em migração emerge o discurso da concorrência de migrantes com brasileiros no mercado de trabalho e no acesso aos serviços públicos.
- Afora o enriquecimento cultural, há dados econômicos favoráveis à migração: migrantes contribuem com a pirâmide populacional e ajudam a sustentar o sistema previdenciário, entre outros.
- Pesquisa do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) realizada pela Cátedra Sérgio Vieira de Melo da Universidade Federal de Roraima<sup>1</sup> afirma que 72% dos venezuelanos têm entre 20 e 39 anos e apresentam bom nível de escolaridade: 78% têm ensino médio completo e 32% têm ensino superior.
- Pesquisa do Migramundo<sup>2</sup> aponta que 91,2% dos profissionais de recursos humanos não dominam os procedimentos para contratação de refugiados, desconhecendo que é similar ao processo com brasileiros. Boa parte (47,8%) dos profissionais de RH acredita que os colegas evitam a contratação de refugiados ou migrantes porque têm medo de auditorias do Ministério do Trabalho.
- O conhecimento dos aspectos econômicos e sociais deve afastar o preconceito e a discriminação. O aspecto humano deve nortear a questão migratória. Nesse sentido, de inspiração pelo humano, recorro da meditação de John Done: *“a morte de qualquer homem diminui a mim”*.
- A DPU tem se posicionado pelo acolhimento dos venezuelanos. Esse é um compromisso internacional do Brasil e da nossa instituição. Não existe qualquer possibilidade que não seja o acolhimento dos migrantes venezuelanos.
- Defendemos autorizações de residência e concessão de refúgio com base na grave violação de direitos humanos que ocorre atualmente na Venezuela.
- O Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) decidirá sobre a concessão de refúgio. Temos defendido veementemente a concessão para todos. Fizemos uma

1 Simões, G., Cavalcanti, L., Oliveira, T., Moreira, E., & Camargo, J. (2017). Perfil Sociodemográfico e Laboral da Imigração Venezuelana. Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania, v 12, pp. 129-136. Disponível em [http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Caderno-de-Debates-12\\_Refúgio-Migrações-e-Cidadania.pdf](http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Caderno-de-Debates-12_Refúgio-Migrações-e-Cidadania.pdf)

2 Carvalho, L. (2018). Caminhos para o Refúgio: inserção produtiva e social de refugiados. Fonte: Site da Migramundo. São Paulo: <http://migramundo.com/wp-content/uploads/2018/06/CAMINHO-PARA-O-REFÚGIO.pdf>



gestão junto ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) para que tenhamos uma maioria no CONARE.

- A DPU tem forte atuação extrajudicial para construir políticas migratórias que zelem pelos migrantes em todas as instâncias dos governos. Criou um Grupo de Trabalho (GT) Migrações, Apatridia e Refúgio<sup>3</sup> para defender os direitos dos migrantes. O GT realiza acordos e relações institucionais com órgãos públicos e a sociedade civil para levar assistência jurídica gratuita aos migrantes.
- A DPU instituiu a Operação Pacaraima, com dois defensores públicos federais lotados de forma permanente no município. O objetivo é oferecer assistência jurídica gratuita aos migrantes venezuelanos na Operação Acolhida, em especial às crianças e aos adolescentes desacompanhados, por força da Recomendação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) sobre a prioridade absoluta de crianças e adolescente migrantes<sup>4</sup>.
- A matéria migratória é relacionada à empatia com o outro, saber reconhecer-se no outro. Agrupamentos econômicos e sociais devem ser manejados para tirar o véu do preconceito e da xenofobia sobre a matéria.



**Melanie Santizo, Oficial de Direitos Humanos do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) Regional**

falou sobre os resultados de uma recente pesquisa com os venezuelanos, nas fronteiras do Brasil e da Colômbia, sobre os motivos que os levaram a migrar. Principais pontos da exposição:

- Antes de migrar, devido ao colapso dos serviços públicos, a maior parte dos venezuelanos deixou de ter acesso a: alimentação adequada, atenção básica à saúde, salário-mínimo, eletricidade, transporte, água potável e segurança. Estavam submetidos a altos níveis de insegurança e violência. Protestos foram reprimidos.
- Os depoimentos mostram uma situação de altíssima vulnerabilidade migratória. O denominador comum nos países é a inacessibilidade dos venezuelanos às políticas públicas, aos direitos e à justiça.
- Nos pontos de migração há extorsão e violência sexual. Os migrantes são expostos à exploração do trabalho, à prostituição e às organizações criminosas. Onde esses problemas acontecem com mais intensidade, o ACNUDH identificou a necessidade de fortalecer as organizações da sociedade civil.
- Além do atendimento às necessidades mais básicas, o acesso à justiça também é fundamental. Com medo de represália, os migrantes não buscam a justiça. É

<sup>3</sup> <http://www.dpu.def.br/migracoes-e-refugio>

<sup>4</sup> <http://www.direitosdacrianca.gov.br/documentos/recomendacao-do-conanda-sobre-a-prioridade-absoluta-de-criancas-e-adolescentes-migrantes>



preciso mapear os protocolos de atenção e criar uma coordenação interinstitucional para multiplicar esforços.

- O ACNUDH defende a sinergia nacional e regional, o monitoramento de casos emblemáticos, as campanhas contra a xenofobia e a criação de protocolos conjuntos de atuação e de atendimento nos países da região.
- As ONGs são grandes aliadas. Há muitas histórias de solidariedade e apoio da sociedade civil.

**Juan Carlos Murillo, chefe da Unidade Jurídica Regional das Américas do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)**

reforçou a necessidade de resposta humanitária no continente americano em relação ao fluxo migratório da Venezuela. Principais pontos de sua fala:

- Estamos em um contexto em que as necessidades humanitárias no continente são cada vez mais evidentes. Temos hoje uma situação dramática no triângulo ao norte da centro-américa: Honduras, El Salvador e Guatemala. Há uma caravana rumo aos Estados Unidos. Existe, ainda perseguição e violência na Nicarágua e a situação da Colômbia, e também da Venezuela.
- É fundamental analisar e acompanhar de perto o processo migratório, dada a magnitude e complexidade da migração venezuelana, e dos impactos que isso gera em toda a região.
- Que sentido tem denominar as pessoas que saem da Venezuela como migrantes ou refugiados? Em que medida fazer essa diferenciação colabora para que possamos atender às suas necessidades?
- Trata-se de um movimento composto do qual participam pessoas que migram por situações econômicas, e um crescente número de pessoas que necessitam de proteção internacional, os refugiados. Os termos evidenciam as necessidades de apoio.
- É importante coordenar esforços de apoio aos Estados para dar uma resposta humanitária adequada, com as Defensorias, a sociedade civil e as diferentes agências de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em especial o ACNUR e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a pedido do secretário-geral da ONU.
- As cifras oficiais evidenciam a magnitude desse fenômeno: pelo menos 2,6 milhões de pessoas abandonaram a Venezuela, desde 2014. Destas, 5 mil pessoas abandonam a Venezuela diariamente, e a depender do dia, o número é ainda maior.



- Solicitaram reconhecimento formal de refúgio 350 mil pessoas venezuelanas. Peru concentra o maior número de pedidos (130 mil), seguido do Brasil, EUA, Costa Rica, México, Equador, Espanha e outros países da região.
- Na região há diferentes alternativas para a legalização de permanência das pessoas. Cerca de 700 mil venezuelanos conseguiram a oficialização de situação de migração, na Argentina, Brasil, Peru, Panamá, Costa Rica, Equador e México. Pelo menos 60% do universo total de venezuelanos estão em condição de irregularidade, contribuindo para sua vulnerabilidade.
- Muitos países da região são apenas países de trânsito para os migrantes venezuelanos.
- Os países da América Latina têm dado uma resposta generosa, solidária e de reciprocidade aos migrantes. Historicamente a Venezuela recebeu milhões de refugiados, e muitos vinham da própria região sul-americana.
- É necessário fazer a diferenciação entre refugiados e migrantes, e cabe a nós buscar a proteção de todas as pessoas, independentemente de sua situação. Aprendemos com vocês que devemos dar respostas a todos os estrangeiros que tentam entrar em algum território e atender às suas necessidades humanitárias.
- Não é importante perguntar apenas por que os venezuelanos abandonam o país, mas perguntar se as pessoas poderão voltar de maneira segura e digna à Venezuela. Muitas delas precisarão de proteção internacional como refugiadas, devido à perseguição política e à grave violação dos direitos humanos.
- Essa é uma situação regional que requer respostas regionais. Agradecemos a colaboração que recebemos por parte das Procuradorias e Defensorias em toda ibero-américa, e pedimos que continuem sendo a consciência que necessita o Estado e os organismos internacionais para que resposta à população em situação de migração e refúgio seja cada vez mais adequada.

**Iris Mirian Ruiz, Presidente da Federação Ibero-americana de Ombudsman**

afirmou que as instituições que trabalham com a defesa de direitos humanos precisam estar preparadas para buscar estratégias articuladas visando acolher os fluxos migratórios venezuelanos. Principais pontos de sua exposição:

- É preciso união entre todos os defensores, pois sozinhos não podemos fazer nada. Como presidente da Federação, digo: estamos presentes.
- Temos que criar e canalizar as estratégias articuladas ao direito de mobilidade.
- Os irmãos venezuelanos não têm acesso à água, à comida e à sobrevivência. Vemos o rosto da fome e da desolação da perspectiva dos direitos humanos





- A Federação trabalhará com o tema da migração da Venezuela e de Honduras a partir das estratégias exitosas e identificará onde sua atuação é necessária na Política de Direitos Humanos.
- Há crianças viajando sozinhas. Cerca de 5,6 milhões de sírios abandonaram seu país. Há 2,3 milhões de refugiados venezuelanos em nossas fronteiras.
- Os venezuelanos buscam esperança em outro país. A Venezuela foi receptora de migrantes europeus na Segunda Guerra Mundial. Hoje eles precisam de ajuda, assim como Honduras. E amanhã, quem serão os outros?
- Colômbia foi o país que mais recebeu venezuelanos: 819 mil migrantes. Depois Peru - cerca de 400 mil, Equador - cerca de 200 mil, Brasil - cerca de 150 mil e Chile - 135 mil.
- Como jornalista fiz uma pesquisa entre a República Dominicana e Porto Rico. Um dos jovens me disse: "é melhor morrer de repente, do que morrer todos os dias". Os migrantes esperam por nós. Eles são seres humanos como nós.



**Catarina von Zuben, Coordenadora Nacional da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho, representando o Procurador-Geral do Trabalho**

afirmou a preocupação e o compromisso do MPT com a questão migratória, principalmente de venezuelanos, e com o combate à precarização das condições sociais e laborais. Espera que possam ser extraídas estratégias para a acolhida e inserção social e laboral dos migrantes.





### Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

acredita na desconstrução do processo de formação dos Estados Nacionais, com o trânsito livre de pessoas.

Principais pontos de sua reflexão:

- O grande fluxo da migração venezuelana é um processo complexo, que deve ser refletido de forma coletiva.
- A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão integra a Federação Ibero-americana de Ombudsman. Desde o dia anterior, por ocasião da reunião aqui no Brasil da *Red de Migración y Trata de Personas* da FIO, estivemos refletindo sobre como a migração de venezuelanos é uma situação que alcança a todos os países da América Latina, assim como outras nações – e aqui está a Espanha para nos ajudar nesse exercício e, antes, Quito já havia sediado um outro seminário para tratar de grandes fluxos migratórios.
- É um processo sobre o qual vamos caminhando e aprendendo – ele não está pronto e sempre nos surpreende por sua complexidade e sua magnitude, basta olharmos o exemplo da Colômbia, que recebeu mais de 800 mil migrantes.
- Este fenômeno migratório é muito complexo. No Brasil, por exemplo, houve um alto contingente de indígenas, principalmente Warao, interpelando-nos a acionar os compromissos internacionais relacionados a essa população. Na Argentina, há desafios de regularização de diplomas de migrantes altamente escolarizados – o que denota que este é um fenômeno que está longe de ser homogêneo.
- Não tem como passar por esse tema sem enfrentar a questão da xenofobia e desconstruir o processo de formação dos Estados Nacionais, um fenômeno que nasceu com a Revolução Francesa e que divide as pessoas entre aquelas que estão dentro e fora de fronteiras: os nacionais e os migrantes.
- É preciso lembrar que estamos em um momento em que os Estados nacionais passam por uma enorme contradição, pois permanecem com essa ideia central do nacional e do migrante. São locais de ampla circulação de ideias, de capitais, de finanças, mas as pessoas seguem enfrentando fronteiras e a necessidade de documentações para transitarem.
- As portas de entrada das populações migrantes nas fronteiras são locais de baixíssima institucionalidade e escassos recursos públicos. Por vezes, a acolhida é provisória e esse é um grande desafio.
- É importante lembrar a necessidade de disseminarmos boas práticas na área e espero que possamos concluir essa atividade com algo mais do que já temos e nos propomos a avançar.



### **Raquel Dodge, Procuradora-Geral da República**

na fala de conclusão da mesa de abertura, ressaltou que a migração é um fenômeno permanente na história da humanidade, e que surge quando as populações perdem a confiança no Estado. Destacou que todos os seres humanos são iguais em direitos e dignidade, sem distinção e que a Constituição Federal garante o tratamento igualitário entre migrantes e nacionais. Reforçou que é papel das instituições públicas, sociedade civil e imprensa informar os migrantes de seus direitos.



Principais pontos de sua exposição:

- Estamos vivendo um momento peculiar na vida das Américas, de norte a sul, também marcado pela celebração do advento de dois importantes documentos: a Constituição Brasileira, que completa 30 anos, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completa 70 anos. Ambas têm em comum duas ideias fundantes: a de que todos os seres humanos são iguais em dignidade e direitos, e a de que os seres humanos são universais.
- Para falar de dignidade da pessoa humana e de direitos, há duas importantes contribuições. Niall Ferguson, professor da Universidade de Harvard, tenta explicar porque o ocidente se desenvolveu tão rapidamente a partir de 1500, sendo que, naquele período, a civilização mais importante era a civilização oriental (Índia e China). Na época, Vasco da Gama saiu em busca das Índias. O rei português usou bens públicos para apoiar o desenvolvimento de indivíduos de sua nação, abrindo uma nova seara de comércio, em busca de riqueza que amparasse o desenvolvimento de Portugal. O imperador da China mandou que seu navegador buscasse uma girafa, um animal exótico, amarelo e cheio de pintas. A girafa entreteve o imperador cerca de um mês e morreu. A chegada nas Índias abriu um novo rumo para Portugal e Europa porque os bens foram colocados a serviço da população.
- Ali nasceu a separação entre a coisa pública e a privada. A ideia de que o Estado deve propiciar meios para que seus cidadãos exerçam seus direitos. A ideia de um mundo globalizado. A ideia de bem público. Países diferentes e culturas diferentes se aproximam na busca do pleno desenvolvimento dos indivíduos.
- Outra contribuição são as ideias desenvolvidas na pesquisa de Helena Antipoff, na Universidade de Paris. Bielorrussa, doutora em psicologia, trabalhou com Jean Piaget. Ela percebeu que na Europa vigorava uma série de estudos que diziam que os humanos nascem diferentes. No Brasil, em campo, ela desenvolve uma série de pesquisas com uma população de baixo poder aquisitivo para provar que, adequado o estímulo e com as devidas oportunidades, todas as crianças alcançam o potencial de sua inteligência. A pesquisa desmonta a ideia de que algumas pessoas nascem com certo nível de inteligência e outras não. Ideias como essa amparam a Declaração Universal de Direitos Humanos: direitos e oportunidades iguais para todos.



- Direitos Humanos é uma expressão moderna. Temos condições de melhorarmos, desenvolvermos-nos, para orientarmos a construção de uma convivência plural em que reconhecemos nossas diferenças e convivamos. Temos liberdades iguais, de modo que se faz fundamental que respeitem os nossos direitos na exata proporção em que respeitamos os direitos dos outros. Exige de nós uma atitude que combata o preconceito ao gênero e a nacionalidade
- Importante falar sobre isso para entender como devemos tratar o fenômeno migratório, que não é um fenômeno recente, é permanente na história da humanidade.
- Os seres humanos ocupam todos os continentes, por razões políticas, sociais, curiosidade ou fome. Há muitas razões que levam à migração. As mais dramáticas são as que decorrem da perda de confiança do lugar que habitamos. Perda de confiança que haverá água, ou perda de direitos, perda de condições de vivermos felizes nessa sociedade.
- No fundo, uma razão parece unir todas as causas: a perda de confiança. Confiança leva as pessoas a escolherem para onde vão. No Brasil e em outros países estamos estabelecendo ações contrárias à discriminação e condições para que os migrantes tenham confiança que terão o apoio que precisam, solidariedade e marco regulatório.
- No Brasil vivemos sob um governo de leis claras, respeitadas e com instrumentos necessários para implementá-las. Em diversos dispositivos, a Constituição estabelece proteção a todos os que se encontram em território nacional, sem distinção entre nacionais e migrantes. Essa regra não é tão clara em outros países, mas aqui é. Para implementar essa proteção constitucional é necessário saber se todos os mecanismos estão claros.
- Alguns serviços públicos no Brasil são orientados a receber estrangeiros: Sistema Único de Saúde, educação e acesso ao mercado de trabalho.
- A Lei de Migração (13.455/2017), trouxe uma novidade muito importante: aquele que entra no território nacional tem direito a um documento que registre a sua presença e assegure seus direitos, inclusive quando pede refúgio. Este novo documento, que deve ser expedido na porta de entrada, define com mais clareza a situação do migrante, ainda que transitório, ocasional, e também os que decidirem permanecer no território brasileiro. A lei garante aos migrantes os mesmos direitos dos cidadãos brasileiros. O tema deve ser tratado de forma transversal para que seja assegurado aos migrantes o acesso a serviços públicos e ao mercado de trabalho.
- Quando se cria a lei, cria-se um fomento à confiança, tão necessária, para que entendamos os limites dos nossos direitos e nossos deveres. É importante que tratemos não só sobre aquilo que é discriminatório, mas também é preciso que o nosso debate inclua aquilo que expresse a confiança no acolhimento e na permanência. Direito ao trabalho, escola, vacinação... Os migrantes estão informados? É preciso conhecer e instruir pessoas e instituições para que implementem essa garantia constitucional de forma digna, que não é caridade ou esmola, mas, sim, respeito a regramentos nacionais e internacionais.





- É preciso relembrar a nossa própria história de migração. Somos um país de migrantes. Inúmeras culturas aqui aportaram, por razões diferentes, em muitas ondas migratórias derivadas de perda de confiança em sua terra natal, perseguição religiosa ou política. Tudo isso trouxe o ACNUR para o território brasileiro.
- Aprendemos a conviver pacificamente e harmonicamente, entre nós. Se as gerações que nos precederam cuidaram disso com êxito, esse é o desafio da nossa própria geração. Contribuir para que a ideia de acolhimento e generosidade permaneça agora.
- Há dificuldades, precisamos reconhecê-las. Impacto migratório em uma única cidade pode ser demasiado, mas é necessário criarmos condições para que seja feita a distribuição da população migrante com solidariedade e acolhimento.
- Assumamos em conjunto o peso e as dificuldades, mas com espírito de acolhimento, para que sigamos sendo um país que acolhe pacificamente as pessoas.
- Que haja transparência na qualidade e no acesso aos serviços públicos, com previsibilidade. É necessário falarmos sobre a gestão pública de recursos públicos para o acolhimento dos migrantes de modo que não falte, que não haja disputa entre brasileiros e estrangeiros, motivada por um gestor que não sabe administrar. É importante que a gestão seja eficiente, transparente e coloque os recursos a serviço de todos.
- Que haja liberdade de expressão, de imprensa, de reunião e associação. Que a sociedade civil seja estimulada a se organizar bem para que acompanhem direitos e encaminhem problemas para autoridades competentes.
- A imprensa deve investigar fatos que resultam em xenofobia e ausência de serviços públicos. Fatos que podem, ainda que não intencionalmente, fomentar ideias discriminatórias. A realidade precisa ser iluminada sob a verdade dos fatos.
- A imprensa que auxilia na fiscalização das atividades públicas e no controle da violação de direitos é fundamental, assim como a expressão da sociedade civil. Deve-se criar canais que facilitem a comunicação acerca de direitos vetados, contrariados e práticas discriminatórias. O Ministério Público e a Defensoria precisam estar prontos para receber essas comunicações, nem sempre com o cunho de reprimir, mas de construir políticas públicas fortalecidas pela ideia da inclusão e da solidariedade.
- Que prevaleça a cultura de convivência harmônica entre as pessoas. A palavra é maior expressão da discriminação, do repúdio e do desrespeito. **A palavra que viola direitos e o respeito pela instituição precisa ser adequadamente contida.** Precisamos reforçar a ideia oposta, não apenas atitudes de respeito às instituições, aos direitos fundamentais, ao marco regulatório da Constituição, mas ao modo como nos reportamos às pessoas e instituições. Não é por outra razão que as leis brasileira e internacional preveem um limite em como nos expressamos.
- Este evento não é o primeiro. Ele se insere numa sequência de eventos que têm ocorrido no último ano. Houve um encontro das Defensorias do Povo no Equador, em 17 e 18 de setembro de 2018, no qual aconteceu uma capacitação. A Escola



Superior do Ministério Público da União criou uma Rede de Capacitação para Refugiados e Migrantes. Visa capacitar membros da sociedade civil para que compreendam como ideias transformam a realidade e em que medida os migrantes podem ser acolhidos e integrados à comunidade internacional. A ESMPU tem feito oficinas gratuitas desde julho de 2018. Esse seminário é mais um esforço no sentido de propagar essas ideias para que tomemos atitudes indispensáveis para afirmar direitos.

- A Procuradoria Geral da República reforça seu esforço e compromisso internacional em defender os migrantes. A PFDC, em conjunto com instituições nacionais de direitos humanos da Colômbia, Peru, México, Equador e Bolívia firmaram a Declaração de Proteção aos Direitos das Pessoas Venezuelanas em Mobilidade Humana<sup>5</sup>. A Federação de Ombudsman tem apoiado e a Rede de Capacitação para Refugiados e Migrantes está mobilizada para apoiar esta matéria.
- Nos inserimos neste contexto de um esforço internacional nacional e regional de defender a dignidade da pessoa humana, nacional ou estrangeira.
- Nunca é demais falar de liberdade. O compromisso é de estar ao lado dos migrantes, dos direitos fundamentais, da sociedade civil brasileira, de fazer valer os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Esse é o compromisso do Ministério Público, que também faz 30 anos esse ano, renovado com membros com independência e autonomia para que exerçam com honra, coragem e prontidão as competências constitucionais que lhe foram entregues. Esse é o compromisso que renovamos há 30 anos e hoje também.

5 <http://www.dpe.gob.ec/pronunciamiento-conjunto-de-instituciones-nacionales-de-derechos-humanos-sobre-la-proteccion-de-los-derechos-de-las-personas-venezolanas-en-movilidad-humana/>



---

## Mesa 1 - Normativas e Políticas Migratórias: Regularização, Solicitação de Refúgio, Controle Migratório

**Moderadora: Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão**

### **Ingrid Rusinque Osório, *Defensoría del Pueblo de Colombia***

relatou as medidas tomadas pelo país ao receber quase um milhão de pessoas venezuelanas, com destaque para o registro administrativo dos migrantes que permite o levantamento de informações fundamentais para o desenho de políticas públicas (Anexo 1).



Principais pontos da exposição:

- Colômbia tem uma longa história em comum com a Venezuela: cultura, língua, muitas situações. A Venezuela acolheu colombianos. Diferentemente da Argentina, a Colômbia não tem tradição de acolhimento de migrantes. Nós expulsávamos as pessoas, só depois passamos a acolher.
- Os países da América Latina assinaram diversos compromissos de direitos humanos, como a Declaração de Cartagena, a Declaração de Paris etc. Mas não estavam preparados para uma chegada maciça dos irmãos venezuelanos, que requer medidas além das tradicionais. A Colômbia tem normativas e decretos especialmente dedicados ao asilo e refúgio, mas ainda não há uma tradição do país em relação às populações migrantes. Houve poucos pedidos de refúgio.
- O fechamento da fronteira, em 2015, afetou 22.226 pessoas que foram deportadas/expulsas ou retornaram junto a famílias mistas.
- Com as eleições na Venezuela, em 2017, a crise ficou aguda. Houve uma diáspora. O registro oficial de entrada de venezuelanos foi de 935.593 pessoas, sendo que 468.424 estão regularizadas, e 361.399 estão em processo de regularização.
- A medida adotada pelo governo nacional é a Tarjeta de Movilidad Fronteriza (TMF) nos pontos de entrada de venezuelanos. É o documento que controla a mobilidade dos migrantes venezuelanos nas fronteiras, permitida a permanência por 7 dias. Atende à demanda de mobilidade pendular na fronteira devido à proximidade da rede familiar.
- A permissão especial de permanência (PEP) tem vigência de 90 dias prorrogáveis por 2 anos. É direcionada aos migrantes venezuelanos que não têm intenção de fixar residência, razão pela qual não equivale a visto. O migrante é autorizado a exercer qualquer atividade ou ocupação legal no país, inclusive laboral. Esse documento foi usado para a entrada em sete pontos de controle, mas a Defensoria argumentou que essa medida discriminava os mais vulneráveis que



entravam por diversos pontos, de forma irregular, devido aos poucos pontos de controle. Há 2.219 quilômetros de fronteira.

- O governo fez o registro administrativo de migrantes venezuelanos voltado a temas de segurança. A Defensoria propôs que o registro também contemplasse informações úteis para traçar o perfil dos migrantes – tais como gênero, orientação sexual, saúde, idade, educação, composição familiar etc. As autoridades migratórias não haviam sido incluídas na elaboração do registro. As Defensorias acompanharam esse processo pois os venezuelanos tinham medo de serem registrados e depois deportados. A Defensoria fez esclarecimentos aos venezuelanos e os ajudou. O papel da Defensoria foi fundamental para promover os direitos das pessoas migrantes venezuelanas.
- A Defensoria aponta que as informações obtidas a partir do registro são importantes para a construção de políticas públicas, orientações e atendimento às pessoas migrantes venezuelanas em saúde, educação, registro civil.
- Houve cuidado com as venezuelanas que entraram grávidas, com filhos não nascidos apátridas, pois não tinham residência na Colômbia, que é uma das condições para reconhecimento da naturalidade.
- É necessário facilitar os processos de entrada e regularização. Este encontro e as declarações (como de Quito) são uma oportunidade para o comprometimento com medidas, como reconhecer a validade de documentos vencidos dos migrantes, por exemplo, e para o fortalecimento de normativas jurídicas que garantam os direitos dos venezuelanos à saúde, à educação e ao mercado de trabalho.
- Pontos importantes da normativa: agrupar reuniões familiares; facilitar o processo de entrada e regularização; projetar políticas que garantam os direitos dos migrantes (como deslocamentos internos devido a conflitos armados).
- Os migrantes são pessoas diversas. É preciso identificar essa diversidade. São crianças, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas com diferentes orientações sexuais. Não são seres amorfos. Indígenas que vivem na fronteira estão chegando na Colômbia em condições lamentáveis.
- As Defensorias Públicas devem ser criativas e buscar soluções e integração local. As pessoas de assentamentos em situações precárias devem ser integradas, mesmo que queiram ficar temporariamente. Os direitos de todos devem ser garantidos, sendo que os direitos das mulheres e crianças prevalecem sobre os demais.
- A Defensoria Pública da Colômbia fará uma Casa de Direitos com o apoio do ACNUR para acolher tanto a população venezuelana, quanto aos deslocados dentro de nosso próprio país.

Destaque da moderadora: metade da população migrante da Venezuela foi para Colômbia. O registro administrativo de migrantes é importante, pois só é possível desenvolver políticas públicas com acesso à informação. É um exercício de dupla-face pois os migrantes têm que se sentir confiantes para fornecer a informação. Também é importante a capacitação dos profissionais que fazem esse registro.





**Alejandra Garcia Martinez, Defensoría del Pueblo de la Nación Argentina**

expôs a experiência histórica do país em acolher migrantes e os cuidados para integrá-los à sociedade.

Principais pontos de sua fala:

- Argentina tem uma grande tradição de receber migrantes, em larga porcentagem, em sua história. Até 2016, o venezuelano era o sexto povo migrante no país; hoje ocupa a terceira posição. O aumento exponencial da população venezuelana na Argentina, em mais de mil pessoas foi registrado este ano, de janeiro a abril.
- Há mais de um ano, existe um acompanhamento e análise do perfil da população venezuelana que entra no país: 55% são homens e 45% são mulheres; 48% são estudantes de graduação e pós-graduação; a grande maioria vem de avião. A entrada no mercado de trabalho das pessoas migrantes venezuelanas é muito rápida, pelo nível escolar.
- A Argentina tem uma lei migratória muito ampla, flexível, mas criou normativas para flexibilizar ainda mais a recepção dos migrantes venezuelanos. Por exemplo, quando não é possível conseguir certos atestados no país, é cancelada a necessidade desses documentos.
- Muitas famílias migrantes vieram com crianças em situação de defasagem escolar devido ao início diferente do ano letivo. Para que as crianças não tenham que esperar o início do outro ano, serão estabelecidas medidas para elas sejam incorporadas na rede de ensino imediatamente, e tenham uma vida escolar assim que chegam ao país.
- Há tentativa de facilitar a co-validação de diplomas, pois na Argentina não havia um acordo fácil em relação a isso. É possível fazer esse procedimento com cópia de diploma legalizado, permitindo que os profissionais entrem no mercado de trabalho vinculado às suas profissões. Eles têm tratamento preferencial.
- A Defensoria e os órgãos de migração estão fazendo acordos com algumas empresas para articular a necessidade de trabalho dos migrantes com a necessidade do país, de forma distribuída em outras províncias, pois 89% dos migrantes vão a Buenos Aires ou arredores, sendo que são muitos engenheiros.
- Sistemas de comunicação estão sendo criados, pois muitas vezes é difícil para o migrante saber o que é preciso ser feito. Eles chegam ao país basicamente com informações das redes sociais. Em alguns casos, as pessoas chegam com situação de saúde muito precária. Busca-se, então, ofertar informações sobre as questões migratórias para que as pessoas migrantes tenham acesso aos estudos universitários, às matrículas nas escolas e aos serviços de saúde.



Destaque da moderadora: países que estão recebendo migrantes dispõem de normas, mas o problema é o desafio na prática, como a inserção na escola.



### Domingos Dresch da Silveira, PFDC Adjunto

apresentou os dados da migração venezuelana no Brasil, os desafios para aplicação da situação de refúgio e as possibilidades de acolhimento de migrantes no Brasil.



Principais destaques de sua reflexão:

- Com as atuais perspectivas, o evento tem um papel estratégico de olhar quem está ao nosso lado “na trincheira”. Mais importante do que vencer é saber quem são as pessoas que estarão lutando ao nosso lado, por essa causa, em condições mais desfavoráveis que hoje.
- Quando falamos de migração, não podemos falar no singular, pois fluxos migratórios têm a pluralidade do universo. São distintos e diferentes como é a vida.
- Segundo a Polícia Federal<sup>6</sup>, de 2016 a 2018 entraram no Brasil 112 mil pessoas venezuelanas, mas saíram 60 mil, sendo 42 mil por via terrestre e 18 mil por avião. Permaneceram 51 mil pessoas. De acordo com o IBGE são 32 mil.
- Do total de pessoas venezuelanas que deixaram o Brasil por via terrestre, metade foi para a Argentina e 18% para o Chile. Dos que chegaram por via aérea, apenas 3% retornaram para a Venezuela.
- São 300 a 400 mil pessoas migrantes venezuelanas no Peru e 223 mil no Equador, que tem o tamanho de Roraima. Na Colômbia, são quase um milhão de pessoas.
- As possibilidades de acolher migrantes no Brasil, mesmo em crise, são muito maiores que as dos países vizinhos e desmontam o discurso xenófobo. É um desafio a ser enfrentado.
- As soluções clássicas oferecidas para a regularização das pessoas venezuelanas no Brasil são o refúgio (54 mil pedidos) e a autorização de residência (20 mil pedidos). Esta última oferece a possibilidade de retorno ao país de origem e voltar ao Brasil, de acordo com a Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018.
- Na próxima reunião do CONARE será flexibilizada a reunião familiar. O CONARE julga 2 mil processos a cada mês. A cada dia chegam mais pedidos. Neste ritmo, o CONARE não conseguirá analisar todos a tempo.
- O Brasil assinou a Declaração de Cartagena e a incorporou na Lei 9474/1997 (que define os mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951).
- Apesar de a ideia ampliada de refúgio estar incorporada no ordenamento do Brasil, que é o caso da população migrante que vem da Venezuela, nenhum pedido de refúgio foi analisado até o momento, evitando-se assumir a grave violação dos direitos humanos que no país vizinho. Quem sofre é o pobre que caminha milhares

<sup>6</sup> Dados mais recentes estão disponíveis em <http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2018/setembro/policia-federal-atualiza-dados-sobre-migracao-de-venezuelanos>



de quilômetros para chegar até Roraima. Espera-se que, na próxima reunião do CONARE, possa ser aplicada, pela primeira vez, a Declaração de Cartagena e a Lei 9474/1997, reconhecendo a situação de refúgio dos venezuelanos.

- O Brasil é um país de migrantes. A crise é local, nas portas de entrada de Roraima e Amazonas. Exige do poder público políticas públicas sérias e engajadas que permitam o acolhimento e a normalidade nestes locais.
- Os índios Warao sempre fizeram movimento pendular entre a Venezuela e o Brasil (Roraima). Esse fluxo se cortou. Hoje são acolhidos num abrigo na cidade de Boa Vista. Mas eles não querem ficar no Brasil, mas sim viver como Waraos, no seu movimento pendular.
- A globalização permite a livre circulação do capital, dos grandes executivos, dos turistas endinheirados, mas não reconhece os migrantes pobres.
- “É preciso olhar para frente e perceber que tudo pode ficar pior. Precisamos ficar juntos, com esperança”.

*Faz escuro mas eu canto,  
porque a manhã vai chegar.  
Vem ver comigo, companheiro,  
a cor do mundo mudar.  
Vale a pena não dormir para esperar  
a cor do mundo mudar.  
Já é madrugada,  
vem o sol, quero alegria,  
que é para esquecer o que eu sofria.  
Quem sofre fica acordado  
defendendo o coração.  
Vamos juntos, multidão,  
trabalhar pela alegria,  
amanhã é um novo dia.*

Thiago de Mello

Destaque da moderadora: O Brasil “devolve” mais de 40% dos venezuelanos e só 6% voltam para a Venezuela. Significa que eles estão indo para outros países. Somente em rede é possível resolver este problema. Se algum dos países fechar as fronteiras, o impacto aumentará.

Também é preciso ampliar a escuta para o caso dos indígenas Yanomamis, que são binacionais, estão no Brasil e na Venezuela. Os Yanomamis no Brasil começam a discutir o impacto da chegada dos Yanomamis venezuelanos, em função dos recursos existentes.



**Beatriz Contreras Reyes, Jefa de la Region Metropolitana de INDH de Chile**

apresentou a necessidade de ajustes e atualização da legislação no Chile referente a migrantes e refugiados.

Principais pontos de sua fala:

- Chile possui legislação aprovada em 1975, com um enfoque que tende a proteger mais a segurança nacional do que os direitos humanos dos migrantes. Não é uma legislação apropriada para a realidade regional.
- Uma nova legislação está em trâmite, desde 2013, mas ainda não há previsão para sua aprovação. Há preocupação pelo fato de a nova legislação dispor de uma ênfase na questão trabalhista, e pouco tratar de aspectos sociais e culturais dos migrantes. Além disso, há críticas em relação ao curto prazo estabelecido para as etapas de regularização da documentação e a não garantia de tradutores para os migrantes. É desejável que a lei leve em consideração a magnitude humana.
- O Instituto Nacional de Direitos Humanos elaborou um protocolo de intervenção judicial de proteção dos direitos humanos dos migrantes, mas reconhece que ainda não é possível dar seguimento a todas as requisições de documentação solicitadas, em especial sobre direitos humanos.
- A experiência da Argentina de prioridade no atendimento à criança, assegurando direitos sociais e culturais do migrante, é inspiradora.
- No Chile algumas coisas estão contempladas de maneira muito ampla, o que é um risco para discricionariedade dessa matéria. O tema da fronteira está sendo examinado mais de perto.
- No Chile, as medidas migratórias têm caráter mais interno e administrativo. Os defensores de direitos humanos têm que recorrer ao direito internacional.
- Em abril e maio deste ano houve processos extraordinários de regularização. O Chile ocupa o terceiro lugar de entrada de venezuelanos, junto com Argentina.
- Tendo isso em vista o grande fluxo migratório que está acontecendo no país, foram estabelecidas medidas com ênfase na população haitiana e venezuelana. Aos haitianos são concedidos vistos consulares. Aos venezuelanos é concedido um visto de responsabilidade democrática, que é entregue a quem cumprir uma série de requisitos.
- Até junho deste ano, 64.932 venezuelanos solicitaram o visto de responsabilidade democrática. Destes, 12 mil receberam residência definitiva.
- Tendo em vista o contexto migratório atual, não há certeza de aprovação dos projetos legislativos que estão em curso. Tentamos diversas linhas de ação para população. Elaboramos um protocolo de intervenção judicial de proteção dos direitos humanos migrantes.
- Por mais boa vontade que tenhamos, não conseguimos dar seguimento a todas as requisições de documentação, em especial sobre direitos humanos.





Universidades do país também estão oferecendo cooperação para regularizar a situação dos migrantes, por meio de uma rede de colaboração com os seus respectivos Centros de Direitos Humanos.

- Vamos acompanhar tudo isso com uma campanha de comunicação.
- As observações do INDH poderão ser utilizadas por um projeto de lei que está sendo elaborado atualmente. Será uma ferramenta útil para a própria população migrante, pra que eles se apoderem dos seus direitos.
- O desafio é muito grande porque estamos esperando uma legislação mais completa, mas temos tranquilidade e confiança nas instâncias que trabalham hoje em dia.

Destaque da moderadora: o princípio da não devolução impede a prática que está acontecendo em Boa Vista, Roraima. O consulado da Venezuela em Roraima oferece dinheiro para as pessoas voltarem para a Venezuela (Declaração de Hipossuficiência Econômica). Mas será que pelos laços familiares as pessoas não podem voltar?



### **Gabriella Gonçalves, Comitê Nacional para Refugiados (CONARE)**

expôs os dados do Brasil sobre migração de venezuelanos e as estratégias do governo federal frente a este tema, como a interiorização de migrantes (Anexo 2).

Principais pontos da apresentação:

- Existe diferença entre migrante e refugiado. Migrante é a pessoa que, independente do motivo, se estabelece temporariamente ou definitivamente em outro país ou região, de forma voluntária (ex.: econômica) ou forçada (ex.: desastres naturais). Refugiado é a pessoa que deixa o seu país de origem ou de residência habitual devido a fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos (como é o caso da Síria), ou a ele não posso retornar por tais motivos.
- No Brasil, já existem 60 mil solicitações de refúgio de venezuelanos que cruzam a fronteira terrestre. Estima-se que 15% da população atual de Roraima é de venezuelanos. Isto gera sobrecarga nessa Unidade Federativa.
- Há atuação forte do governo federal, da sociedade civil e de organismos internacionais, em rede. Houve uma federalização da questão migratória, cujo primeiro passo foi a Medida Provisória nº 820 que criou o Comitê Federal de Assistência Emergencial.

- Os venezuelanos chegam à fronteira brasileira, e, ao solicitar o reconhecimento da situação de refugiado, já estão em condição migratória regular. Existem casos em que a pessoa, mesmo não sendo refugiada, solicita refúgio para conseguir a condição migratória regular. Por ex.: existe a questão pendular e pessoas que tem casa no Brasil, mas querem ser reconhecidas como refugiadas. Limitações: tem que solicitar autorização para sair do país, impedindo o dinamismo na mobilidade.
- Até ano passado, o Brasil tinha o Estatuto do Estrangeiro, de 1980, época da ditadura militar, voltado à segurança nacional. Ano passado, entrou em vigor a nova Lei de Migrações, que muda a perspectiva para os direitos humanos dos migrantes e a acolhida humanitária. A nova lei permite as alternativas migratórias.
- A Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018 estendeu para todos os países fronteiriços ao Brasil a mesma regra de residência temporária que se aplicava aos países do Mercosul. A portaria já previa a flexibilização de documentos para os indígenas Warao. Recentemente, a Portaria Interministerial nº 15 de 27 de agosto de 2018 flexibilizou ainda mais a documentação.
- Quando a pessoa migrante chega à fronteira é orientada sobre as possibilidades de regularização migratória por meio de solicitação de refúgio ou autorização de residência, explicando-se os prós e contras de cada opção.



Fonte: Apresentação de Gabriella Gonçalves



- O governo federal está trabalhando em três frentes:
  1. Ordenamento de fronteiras – Polícia Federal enviou mais pessoas e instalou torres de internet para atender e registrar os migrantes, de forma organizada.
  2. Acolhida dos Migrantes – construção de doze abrigos com o apoio do Exército, de organizações internacionais e do Ministério da Saúde, que faz vacinação ampla. Quase 5 mil pessoas estão abrigadas. Há regularização migratória e emissão de documentos, como CPF e RG e carteira de trabalho.
  3. Interiorização – há grande fluxo de pessoas em Roraima, mas que, para outros locais no Brasil não é impactante. O objetivo da interiorização é oferecer maiores oportunidades de inserção socioeconômica aos migrantes venezuelanos e diminuir a pressão sobre os serviços públicos do estado de Roraima. Os critérios para a interiorização são: regularização migratória; imunização; avaliação clínica; assinatura do termo de voluntariedade e prioridade para os migrantes residentes em abrigos públicos de Roraima. Há várias informações no site da Casa Civil<sup>7</sup>. Já foram interiorizadas 3 mil pessoas.
- Criatividade: o processo de interiorização é inovação do Brasil. Ainda há desafios, como a revalidação de diplomas. O governo federal vem atuando em rede com os organismos internacionais e a sociedade civil. O posicionamento do governo federal é manter as fronteiras abertas, o acolhimento e a interiorização.
- Há mais brasileiros fora do Brasil do que estrangeiros dentro do Brasil. Não faz sentido impedir a entrada dos estrangeiros.

Destaque da moderadora: Procuradoria pediu ao governo federal mais transparência da política de interiorização. Essa experiência vem desde o fluxo de haitianos, mas ainda não se sabe qual será contrapartida dos estados e municípios.

<sup>7</sup> <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida>



---

## Mesa 2 - Atenção humanitária: Serviços humanitários emergenciais, atenção à população migrante, acolhimento, abrigamento, atenção psicossocial

**Moderador: João Akira Omoto, Diretor-Geral da ESMPU**

fez uma breve introdução sobre o tema:

- A Resolução Normativa 126/ 2017 dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço. Até agosto de 2017, quando se garantiu a gratuidade das solicitações de residência, a única opção que o Brasil oferecia ao venezuelano, para a regularização da sua permanência, era a solicitação do refúgio. Mesmo se a sua condição pessoal no momento da entrada não era a de refugiado, com a solicitação de refúgio tem repercussões na sua condição de retorno, que fica dificultada pela solicitação de proteção internacional em face do seu país de nacionalidade, surgindo a figura do "refugiado *sur place*"; essa situação precisa ser ponderada nos julgamentos pendentes de análise por parte do CONARE.
- Receber migrantes é mais do que regularizar a permanência. Deve-se promover a inserção, com atenção à saúde, educação, trabalho para que haja integração. A sociedade civil vem fazendo isso no Brasil. Os representantes do Equador e Espanha vão falar sobre a experiência em seus países.

**Gina Benavides, Defensora del Pueblo del Ecuador**

evidenciou os problemas enfrentados pela contradição na aplicação das normas relacionadas aos direitos humanos dos migrantes no país. Ela defende que as pessoas devem estar no centro das políticas, mas não como objetos, mas sim como sujeitos de direitos.

Principais destaques:

- Este evento tem um significado especial para o Equador porque foi assumido como continuidade do Fórum Desafios para Mobilidade Humana da População Venezuelana e região, realizado no Equador, nos dias 17 e 18 de setembro de 2018. Participaram as seis *Defensorías del Pueblo* da região, 50 organizações de sociedade civil, a cooperação internacional e funcionários do Estado do Equador. No Fórum foi aberta a possibilidade de diálogo entre os diferentes atores dos países da região que estão trabalhando para atender à população venezuelana.





- É preciso reconhecer que há uma crise humanitária. Frente a ela está a necessidade de articular esforços em diferentes escalas, como iniciativas da sociedade civil e Estado.
- Como fruto desse trabalho foi elaborada a Declaração de Quito, que estabeleceu acordos específicos para os Estados e um documento técnico sobre as temáticas, com desafios e estratégias concretas identificados a partir das reflexões.
- Sobre a situação do Equador: é um país de trânsito da população venezuelana, pois 80% têm como objetivo chegar ao Peru e ao Chile. Os 20% restantes têm o Equador como país de destino.
- Em outubro de 2018, houve cerca de 757 mil pedidos de entrada e 627 mil de saída. O saldo migratório de 130 mil pessoas foi fruto da crise mais forte, entre julho e agosto de 2018.
- A população venezuelana migrante que permanece no Equador é de 250 mil pessoas. Há 90 mil vistos, basicamente UnaSur. A população refugiada estaria em 9 mil, mas não há quantidade oficial de refugiados.
- A população irregular enfrenta situações muito concretas que evidenciam as barreiras existentes nas normativas migratórias equatorianas.
- Equador é o país da região que tem a Constituição mais garantista em termos de mobilidade humana, mas, na prática, ainda tem posturas que contradizem suas normas internas em termos de proteção dos direitos humanos dos migrantes.
- Entre as políticas de restrição muito fortes implementadas no Equador está a exigência de passaporte para crianças e adolescentes venezuelanos sem documentação, sendo que na Venezuela as crianças só podem ter acesso a passaporte a partir de 9 anos de idade.
- Em 16 de agosto, no Equador, foi anunciado que em dois dias se implementaria a entrada dos migrantes apenas com passaporte, contrariando a Constituição e as normativas de migração, sob argumentação de segurança. O efeito foi contrário pois estimulou e favoreceu a entrada ilegal das pessoas.
- O país teve que criar um corredor humanitário para que pessoas fossem até fronteira sul. Muitas tinham cédula de identidade. Peru também estava implementando a requisição de passaporte.
- A Defensoria, ao realizar o monitoramento de fronteiras ao sul e ao norte, identificou a necessidade de grupos de atenção prioritária nos processos de entrada de migrantes, especialmente crianças. Acionamos as garantias constitucionais, e isso suspendeu exigência de passaporte para entrada.
- O Estado deve projetar um plano integral que deveria ser implementado em 45 dias. É necessária vigilância para o cumprimento dessa legislação. Esperamos que nos próximos dias seja apresentado o terceiro e último informe sobre atenção à população venezuelana.
- Assistência humanitária: no Foro de Quito foi apontado que a acolhida migratória precisa de políticas de Estado. As necessidades da população venezuelana ultrapassam a capacidade de atendimento do Estado, gerando um colapso no serviço de saúde. Os protocolos de atenção são frágeis ou inexistentes.



- Estratégias: necessidade de um plano de assistência humanitária, com adoção de protocolos que ofereçam atenção integral através da implementação de Centros de Atenção.
- A Carta humanitária estabelece o acesso a água, saneamento, saúde física, psicológica, refúgio, deslocamento, informação entre outros, não apenas a refugiados, mas a toda população local.
- O enfoque humanitário prima pelas pessoas como centro das políticas. Deve-se olhar para sua dignidade e suas necessidades básicas. Oferecer serviços assistenciais e rápidos. A interface entre o enfoque em direitos humanos e o enfoque humanitário é ter a pessoa como centro.
- Os dois enfoques estão atentos à dignidade da pessoa humana, mas o enfoque dos direitos humanos agrega algo fundamental: sujeitos de direitos não são objetos. Que essas pessoas tenham palavras, autonomia e possam decidir também.
- Em estados de emergência é comum darem apenas o que se tem a oferecer no momento. É preciso não somente dar assistência, mas também garantir que as pessoas tenham acesso a esses serviços. A assistência humanitária é um direito que está articulado com o direito a mobilidade humana, refúgio, asilo e migração.
- Que as políticas e papéis institucionais se articulem efetivamente a partir do território, no processo de migração, permanência e trânsito. Isso está articulado com a necessidade de outros grupos participarem do processo, para saber quais são as suas obrigações.
- Duas coisas que precisamos ver de forma particular: falamos sobre migração coordenada, regular, ordenada, e essas visões que temos comportam não a obrigação para os migrantes, mas para os Estados. Queremos que os migrantes sejam ordenados, que se regularizem, mas a obrigação de ser assim está com o Estado. Por outro lado, os processos migratórios nos interpelam no sentido da democracia, e temos que dar uma resposta adequada, pois, senão, colocamos em dúvida o próprio estado democrático de direito.

Destaque do moderador: migrante é sujeito de direitos.



**Marcos Baras, Defensoría del Pueblo da Espanha** defendeu a criação do Estatuto de Proteção Temporária como solução para enfrentar a enorme fila de pedidos de asilo por parte dos venezuelanos.

Principais pontos:

- A Defensoría del Pueblo da Espanha, em 2017, iniciou uma pesquisa avaliativa sobre a resposta do governo às queixas dos venezuelanos e dos



espanhóis. Em junho, havia 17 a 18 mil solicitações de asilo pendentes, com concessão de apenas 13, e solicitações que não haviam sido nem aceitas.

- A criatividade é necessária para responder o desafio. O órgão passa por dificuldades para atender a demanda e vem buscando soluções inovadoras e criativas. Inspirados numa medida da antiga Iugoslávia, solicitamos a publicação do Decreto de 2013, que promove a resolução dessa questão de forma temporária. Ainda não foi adotada.
- A requisição é o reconhecimento temporário a todos os venezuelanos que se encontram na Espanha. Por três anos, a pessoa tem direito a residência, trabalho e proteção social. Se o ministro conceder esse reconhecimento temporário, os migrantes venezuelanos estariam protegidos. Os pedidos de asilos continuariam entrando, mas haveria tempo de o governo espanhol se organizar para atendê-los.
- Existe esse debate no mundo, especialmente na Europa. O parlamento europeu está processando.
- A Espanha não pode enviar os venezuelanos de volta ao seu país, mas eles ficam irregulares enquanto os pedidos de regularização não são aprovados. O Estatuto de Proteção Temporária garantiria todos os direitos, até o final da qualificação do pedido de asilo, diminuindo a ilegalidade e precariedade.
- Recomendação da *Defensoría del Pueblo* da Espanha: governo deve fazer algo e contemplar ideias criativas como a proteção temporária para o caso do fluxo maciço de migrantes. Há muita negação de pedidos de asilos. A proteção temporária também serve para o asilo negado.

Destaque do moderador: os desafios de regularização de migrantes estão em todos os países.

### Paulo Sérgio de Almeida, Representante do ACNUR no Brasil

apresentou as estratégias de ação do ACNUR no Brasil relativas à resposta humanitária ao fluxo venezuelano no país, em especial as ações para documentação, oferta de abrigos provisórios e a interiorização dos migrantes do país (Anexo 3).

Principais pontos da exposição:

- É fundamental que as organizações que atuam e lutam pela proteção dos direitos do cidadão estejam envolvidas com este debate.
- O ACNUR atua no Brasil com a questão da migração da população venezuelana, desde 2016, de maneira integrada a outros órgãos da ONU e ao governo brasileiro. A resposta humanitária ao fluxo venezuelano compreende:
  - Manutenção do acesso ao território, sem restrições.



- Estabelecimento de via migratória alternativa e ações para documentação: residência temporária e novos postos de documentação em Pacaraima e Boa Vista. Acesso pleno ao mecanismo do refúgio.
  - Estabelecimento de estratégia de resposta intersetorial por meio do Comitê Federal de Assistência Emergencial: recursos assinalados; federalização de ações em Roraima (abrigos federais); e estratégia de interiorização.
  - Resposta coordenada com Sistema ONU e participação ativa da sociedade civil e outras organizações com mandato para a proteção de direitos.
- O ACNUR reconhece a articulação do governo brasileiro com sistema ONU e participação da sociedade civil.
  - No momento, estima-se que 85 mil venezuelanos estão em processo de regularização no território brasileiro, entre residentes (18.900), solicitantes de refúgios (54.100) e agendados (12.000).
  - Principais ações do ACNUR - ONU:
    1. Documentação: disponibilização de equipes para apoiar às pessoas venezuelanas na preparação da documentação para efetuar pedidos de refúgio ou residência em Roraima (Pacaraima e Boa Vista) e Manaus.
    2. Registro: cadastramento das pessoas venezuelanas em sistema informatizado, reunindo em um só local todas as informações, especialmente sobre pessoas com necessidades especiais (mulheres grávidas, idosos, crianças desacompanhadas, doentes graves/crônicos, pessoas com deficiência, famílias monoparentais) para referenciamento e acompanhamento dos casos.
    3. Abrigamento: em parceria com o Governo Federal (Ministério do Desenvolvimento Social - MDS), e por meio de organizações da sociedade civil, o ACNUR efetua o gerenciamento de nove abrigos em Boa Vista e Pacaraima. Realiza pesquisas e acompanhamento da população fora dos abrigos.
    4. Inserção socioeconômica: apoio aos casos de maior vulnerabilidade por meio de auxílios financeiros; apoio à inserção no mercado de trabalho (capacitação, ensino de português, elaboração de currículos e sensibilização de empresas).
    5. Interiorização voluntária e integração: realocação voluntária de pessoas venezuelanas desde Roraima a outras cidades brasileiras onde se encontram melhores perspectivas de integração.
    6. Prevenção à violência baseada em gênero: ações de difusão de informações e fortalecimento das redes locais para prevenção à violência baseada em gênero.
    7. Apoio a crianças e adolescentes: estabelecimento de atividades educativas nos abrigos e fora dos abrigos.
    8. Coexistência pacífica com as comunidades locais: ações de esclarecimento aos profissionais de imprensa e informação à população local.
  - O Posto de Documentação e Triagem, no município de Pacaraima, Roraima (fronteira) está em funcionamento, desde junho de 2018, e conta com a atuação de servidores federais e profissionais de organismos internacionais.





- Ações do Posto de Documentação e Triagem: orientação inicial, registro e preparação para obtenção de documentos (ACNUR/OIM); imunização (Ministério da Saúde); documentação (Polícia Federal); emissão de CPF (Receita Federal); atendimento social (Ministério do Desenvolvimento Social); proteção e defesa de direitos (Ministério dos Direitos Humanos e UNFPA); atividades com crianças (UNICEF); atenção médica de emergência e casos de isolamento; abrigo de trânsito para casos de maior vulnerabilidade.
- Do total dos que passaram pelo posto, 66% desejam ser interiorizados.

## Registro e Documentação na fronteira- Pacaraima



Fonte: Apresentação de Paulo Sérgio de Almeida

- Há 5.292 abrigados em 12 abrigos, boa parte geridos pelo ACNUR, em diálogo com o MDS.

## Abrigamento

Cidade	Abrigos	Nº abrigados	Público
Boa Vista	Tancredo Neves	305	Não indígena – adultos - Gestão ACNUR
	Hélio Campos	252	Não indígena – famílias e adultos
	Jardim Floresta	494	Não indígena – famílias - Gestão ACNUR
	São Vicente	415	Não indígena – famílias - Gestão ACNUR
	Nova Canaã	396	Não indígena – famílias - Gestão ACNUR
	Latife Salomão	514	Não indígena – famílias e adultos
	Santa Teresa	531	Não indígena – famílias e adultos
	Rondon I	635	Não indígena – famílias - Gestão ACNUR
	Rondon II	453	Não indígena – abrigo de trânsito para interiorização - Gestão ACNUR
Pacaraima	Pintolândia	680	Indígena – famílias - Gestão ACNUR/GOV RR
	Janokoida	375	Indígena – famílias - Gestão ACNUR/GOV RR
	BV-8	252	Não-indígena. Abrigo de Trânsito
<b>TOTAL</b>		<b>5.292</b>	

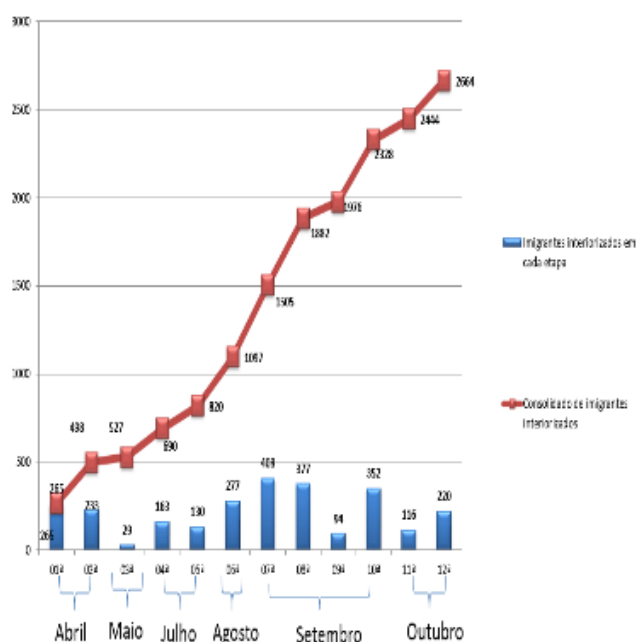
Fonte: Apresentação de Paulo Sérgio de Almeida

- Atividades desenvolvidas nos abrigos que estão sob gestão do ACNUR: três refeições por dia - fornecimento pelo Ministério da Defesa; distribuição de alimentos em abrigos indígenas - fornecimento pelo Ministério da Defesa; distribuição de kits de higiene e limpeza e fraldas; limpeza diária; aulas de



português; atividades com crianças – Unicef; atividades culturais; fornecimento de matéria-prima para artesanato indígena; provisão telefônica para comunicação com parentes na Venezuela; proteção e defesa de direitos; segurança 24h – apoio do Ministério da Defesa.

- Interiorização é a política mais importante nesse momento. Visa oferecer melhores oportunidades de inserção socioeconômica para as pessoas venezuelanas, considerando o esgotamento das possibilidades de integração em Roraima. Assegura que venezuelanos que queiram sair de Roraima tenham condições de fazê-lo. A política de interiorização é feita com apoio do governo federal. Através de aviões da força aérea brasileira, os migrantes são encaminhados a abrigos na cidade de destino.
- Os migrantes são documentados e passam por regularização migratória, imunização, avaliação clínica e assinam termo de voluntariedade. A prioridade é para os residentes em abrigos públicos de Roraima.
- Modalidade de interiorização:
  - abrigos públicos (municipais e estaduais) em São Paulo e Manaus;
  - acolhidas por instituições da sociedade civil, uma parte delas tem apoio da ACNUR para fazer esse procedimento: Centro Pastoral do Migrante (Cuiabá); Caritas Manaus (apoio ACNUR); Caritas Rio de Janeiro (apoio ACNUR); Caritas Brasileira, escritório Paraná (apoio OIM); Aldeias Infantis (Caicó/RN, João Pessoa/PB, Igarassu/PE, Brasília/DF, São Paulo; Rio de Janeiro, Goierê/PR e Porto Alegre (apoio ACNUR); Missão Paz (São Paulo); Igreja Batista (Guarulhos/SP); CDDH (Guarulhos/SP); Embaixada do Reino de Deus (Balneário Camboriú/SC);
  - reunião familiar;
  - abrigos estabelecidos de forma coordenada entre os Governos federal, locais, ONU e sociedade civil: Esteio, Canoas e Cachoeirinha (RS).



— Fonte: Apresentação de Paulo Sérgio de Almeida



- Quase 3000 pessoas já foram interiorizadas. O desafio é conseguir mecanismos para que mais pessoas que queiram sair de Roraima possam se dirigir a outras cidades brasileiras.
- 43% da população ativa já tinha conseguido acesso a alguma fonte de geração de renda, incluindo mercado formal e informal.

Destaque do moderador: interiorizar para a integração local. Em Roraima não fala mais em integração, mas em interiorização.



### **Irmã Rosita Milesi, Diretora do Instituto Migrações Direitos Humanos (IMDH)**

relatou a contribuição da sociedade civil na atuação humanitária frente à migração venezuelana (Anexo 4). Adicionalmente à apresentação, Irmã Rosita elaborou um artigo que explica o tema de forma mais completa e aprofundada, com foco nos avanços, desafios e perspectivas (Anexo 5). Ela destacou que as entidades da sociedade civil realizam ações de incidência política e se organizam em redes,

alcançando muitos resultados. Para superar os desafios, ela defende a implementação da Política Nacional de Migração, com o estabelecimento de ações que ultrapassem o emergencial. Principais pontos de sua exposição:

- Primeiramente, solidariedade os migrantes hondurenhos.



**\* “Se alguém está fugindo de desastres, guerras, calamidades como são a fome e a violência, há uma obrigação internacional de acolher estas pessoas e de oferecer-lhes abrigo em seu amplo e verdadeiro sentido e abrangência. Isto não deveria ser uma discussão econômica. Antes de mais nada, é um dever moral e humano”.**

\* Parafraseando o Pesquisador e estudioso das migrações, Kasper Tjaden



**Instituto Migrações e Direitos Humanos**



**RedeMIR**  
Rede Solidária para Migrantes e Refugiados

Fonte: Apresentação de Irmã Rosita Milesi



- Muitas organizações mundiais, lideradas pelo Papa Francisco, sugeriram os Pactos Mundiais:
  - Acolher: Permitir a migrantes e refugiados a entrada segura, com proteção e documentação legal no país;
  - Proteger: defender os direitos e a dignidade dos migrantes e refugiados, com abordagem abrangente e integral como seres humanos;
  - Promover: favorecer o desenvolvimento integral dos migrantes e refugiados;
  - Integrar: enriquecer as comunidades com a participação dos migrantes e refugiados, uma oportunidade para novas percepções e horizontes mais amplos.
- A incidência e a organização em redes são duas importantes estratégias de atuação das entidades da sociedade civil.
- Por meio das ações de incidência política, as entidades buscam avanços na legislação, nas disposições e nos mecanismos que tornam efetivo o acesso das pessoas aos direitos e garantias previstas na legislação; a incidência é uma ação estratégica, em âmbito local, estadual e nacional, com efeitos cumulativos e de amplo alcance ao longo do tempo.
- A organização em rede é uma estratégia eficiente que responde em grande parte pelos avanços e conquistas das entidades na atuação humanitária junto aos migrantes: Rede Solidária para Migrantes e Refugiados; “Atuação em Rede: Capacitação de atores envolvidos no acolhimento, integração de migrantes e refugiados no Brasil”; Rede Cáritas; Rede um Grito pela vida; Redes de organizações de fé (Congregações, Igrejas); Redes dos Migrantes (com exemplos edificantes...); Redes locais e regionais.
- Os eixos de atuação das entidades da sociedade civil são: acolhida, abrigamento e apoio socioassistencial; proteção e documentação; integração educacional e cultural; trabalho, emprego e geração de renda; incidência por políticas públicas e apoio em processos de interiorização e de integração. Há dados comprovando a atuação.
- Atualmente as entidades presentes e atuantes em Roraima são 24 organizações da sociedade civil; 5 organizações sociais de atuação internacional; 4 Agências da ONU; 9 órgãos públicos, de defesa de direitos e de Governo, além dos órgãos públicos de presença habitual. Esse conjunto de entidades tem gerado resultados.
- Avanços:
  - Ampla Rede de solidariedade, voluntariado, mas a imprensa dá pouco destaque.
  - Nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017).
  - Força-tarefa da sociedade civil, com apoio do ACNUR junto à Polícia Federal.
  - Intensa ação de órgãos públicos brasileiros e de organizações internacionais - ACNUR, OIM, UNFPA e UNICEF - em eficaz parceria com a sociedade civil.
  - Envolvimento incondicional e permanente da Diocese de Roraima.
  - Migrações venezuelanas inseridas na agenda pública nacional.
  - Capacitação e fortalecimento da sociedade civil local.
  - Crescente envolvimento de entidades da sociedade civil na Operação Acolhida - responsável pelo acolhimento e abrigamento.





- Projetos voltados à integração dos venezuelanos (execução próxima).
- Aumento significativo dos atores envolvidos com o tema.
- Produção de materiais bilíngues (orientação documentos, trabalho, comunicação).
- Atuação da sociedade civil no CONARE e CNIg.
- Lacunas:
  - Ação brasileira ainda é pautada numa perspectiva emergencial.
  - Alto volume de solicitações de refúgio ainda sem decisão pelo CONARE.
  - Carente e deficitária a integração laboral local no estado de Roraima.
  - Grupos com vulnerabilidades específicas (crianças, mulheres, LGBTI, idosos) com poucas ações e insuficiente atenção.
  - Processo de interiorização ainda demonstra tímida recepção nas comunidades de destino e a acolhida dos migrantes está praticamente a cargo da sociedade civil, com apoio de ACNUR e OIM.
  - Entidades e agentes da sociedade civil carecem de medidas de proteção para seus agentes e as próprias entidades.
- Perspectivas:
  - Preservar os avanços obtidos em termos de legislação e políticas.
  - Efetiva implementação da Lei de Migração com respeito total aos princípios que assegura.
  - Estabelecer ações que ultrapassem o emergencial, consolidando-se numa Política Nacional de Migração.
  - Prevenir o trabalho degradante e análogo à escravidão.
  - Fortalecer a premissa de que a efetiva integração dos migrantes e refugiados ocorre nas cidades, no espaço gerenciado pelos municípios.
  - Campanhas de enfrentamento à xenofobia e a exploração sexual e laboral.
  - Atendimento a grupos mais vulneráveis – mulheres, crianças, idosos, doentes, etc.
  - Intensificar a efetiva integração (com políticas locais neste sentido).
  - Promoção de atividades e iniciativas públicas culturais – valorização do potencial positivo dos migrantes.
- Conclusão: a hospitalidade é um elemento importante. Os migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados, estão buscando o que todos nós buscamos para nós mesmos – viver e avançar rumo a uma vida melhor, mas nós não temos que migrar. A hospitalidade é uma relação que nos humaniza e nos interpela a acolher, proteger, promover e integrar os migrantes e refugiados, congregando, com todas as forças e atores na construção dos valores de nossa humanidade comum.



---

## Rodada de debate – Mesas 1 e 2

### Perguntas<sup>8</sup>

#### Aspectos normativos e operacionais

- Se não carecemos de boa legislação na área migratória, qual o maior obstáculo à implementação da legislação protetora?
- Gostaria de pedir aos convidados de outros países que compartilhassem boas práticas sobre revalidação de diplomas.
- Precisamos pensar nos migrantes em trânsito de forma regionalizada. Exemplo: migrante que está com documento inválido e não pode entrar como turista. Tampouco é refugiado pois quer apenas usar o Brasil como trânsito para outro país.
- Como relativizar o princípio da não devolução em prol dos direitos humanos dos refugiados? É possível?
- Há alguma perspectiva de flexibilização documental para residência com base na Portaria 9, para dispensar antecedentes criminais? Essa via de regularização, prevista apenas em portaria, não seria muito instável para a proteção dos venezuelanos?
- Por que o formulário de cadastro para entrevista de solicitante de refúgio não funciona?

#### Interiorização

- Quais são os critérios utilizados em relação à escolha das pessoas que primeiramente são interiorizadas?
- Gostaria que se falasse um pouco mais sobre a contrapartida dos estados e municípios no processo de interiorização.
- Como os Ministérios Públicos podem colaborar na mobilização de estados e municípios em apoio à interiorização?
- Em relação aos refugiados do triângulo norte, há previsão de o Brasil realizar o reassentamento?

#### Recursos financeiros

- Como está a situação financeira das instituições públicas, especialmente diante do fechamento do exercício fiscal?
- O Governo Federal tem enviado recursos aos governos locais para o fortalecimento dos serviços?

<sup>8</sup> O público fez as perguntas por meio do site [www.menti.com](http://www.menti.com)



## CONARE

- Há possibilidade de aumento do número de entrevistas realizadas mensalmente pelo CONARE, visto que o número atual não é suficiente para solucionar o passivo de solicitação?
- Para a representante do CONARE: quais as perspectivas para consideração dos pedidos de refúgio de venezuelanos considerando o decreto presidencial que reconhece esse fluxo como oriundo de crise humanitária?

## Cenário político no Brasil

- Considerando o cenário das eleições brasileiras, como veem o futuro da capacidade do Brasil de acolhimento e proteção aos migrantes? E qual seria o impacto na região?
- Como seria possível evitar retrocesso na acolhida de migrantes, de forma preventiva?

## Ações regionais

- Em se tratando de um evento regional, gostaria de saber que ação podemos planejar e realizar em caráter regional?
- Iris Miriam Ruiz: *los defensores y sus equipos deben tener más presencia directa en los lugares de la crisis, como actualmente lo hace el defensor de Honduras en México.*

## Crianças e adolescentes

- Colômbia, tem números das crianças apátridas?
- Como está a situação das crianças e adolescentes desacompanhadas? E como é possível realizar a Reunião Familiar?

## Acesso a trabalho

- Tem se falado muito da importância do acolhimento dos venezuelanos assim como do processo de interiorização e integração. Contudo se fala muito pouco de políticas para acesso ao trabalho. Preocupa a situação de trabalho em condições degradantes.
- Na questão sobre o trabalho vemos que muitos migrantes venezuelanos que trabalham por conta própria estão submetidos a riscos e condições degradantes. Como o Estado está atuando para prevenir que sejam submetidos a trabalho escravo?

## Respostas<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Somente algumas perguntas foram respondidas devido à falta de tempo



João Akira Omoto, Diretor-Geral da ESMPU:

- Cria-se uma condição de retorno do migrante chamada pelo direito internacional de refugiado *Sur Place*, que precisa ser avaliada. A falta de opção para regularização do migrante em território nacional levou a grande maioria dos venezuelanos a solicitar refúgio, criando uma condição de dificuldade de segurança no seu retorno ao país de origem. Isso precisa ser considerado no momento da análise dos pedidos pendentes de julgamento pelo CONARE.

Ingrid Rusinque Osório, *Defensoría del Pueblo de Colombia*:

- Não tenho, nesse momento, informação sobre o número de crianças apátridas na Colômbia, nem o governo, mas me comprometo a examinar as solicitações. Temos queixas e ações, do ponto de vista da Defensoria, mas chamamos atenção por conta do risco de apátridas com relação à normativa colombiana para outorgar autorização.

Representante do CONARE:

- A contrapartida dos estados e municípios no processo de interiorização é o acesso a saúde, educação e assistência social através dos equipamentos que existem no município e acesso ao trabalho. A ideia é que haja um comitê de acolhida, para a atuação articulada entre representantes de diversas entidades.
- Embora haja uma política do Ministério do Desenvolvimento Social para abrigos, inclusive com abrigos específicos para migrantes e refugiados, com repasse de recursos do governo federal, muitos municípios não querem estabelecer esses abrigos. Motivos: alguns municípios avaliam os recursos como incipientes ou não querem entrar com contrapartida de recursos financeiros e humanos, tornando a questão um grande gargalo. Organizações se reúnem para superar essa situação – por ex.: equipe do Ministério de Desenvolvimento Social entra com alimentação, CONARE entra com itens alimentares.
- Em termos de critérios de escolhas de pessoas para interiorização: existem vários perfis de abrigos, para familiares, para pessoas sozinhas etc. Dependendo das vagas mapeadas se estabelece um perfil e dentro desse perfil são selecionadas as pessoas que já estão abrigadas em Roraima, abrindo vagas para novas pessoas. Dentro dos abrigos a prioridade é das pessoas que chegaram no país há mais tempo.

Gina Benavides, *Defensora del Pueblo del Ecuador*:

- Estamos fazendo um sistema de registro complementar para os adolescentes não acompanhados. Há vários ministérios integrados. Por meio de entrevistas com os adolescentes podemos saber de onde vieram, para onde vão. Muitos vão para o Peru, porque lá tem um familiar. A lógica é não deixar o adolescente continuar desacompanhado, e isso está articulado com as proteções de direitos.
- Sobre o plano regional, vamos articular esforços para que os aportes feitos possam transcender os Estados. Em Quito, nós conseguimos fazer a primeira reunião de Estados na perspectiva regional, e já temos uma segunda agendada. Importante é continuar oferecendo insumos à sociedade civil e às ONGs para que



tenham alguma voz nesses Estados; isso tem que ser realizado de maneira participativa.

- Sobre o cenário das eleições brasileiras e o impacto na região, estamos realmente muito preocupados, porque os impactos podem ser muito fortes no que tange à garantia de direitos. O governo que virá colocará a tônica de fechamento das fronteiras, fomentado por um discurso xenófobo. Esperamos efetivamente que a sociedade brasileira possa pensar além dos migrantes, no sentido dos seres humanos que buscam viver com dignidade, independentemente de onde venham.

Irmã Rosita Milesi, Diretora do IMDH:

- A Lei de Migração (13.445/2017), artigo 120, prevê a implementação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia. Se não implementarmos a Política, as ações serão pontuais e momentâneas e nunca aplicaremos de forma contínua o que aprendemos num determinado momento. O Brasil recebeu a migração haitiana, há poucos anos. No entanto, quando chegou a migração venezuelana, o Brasil não sabia como atendê-la. Por isso uma Política Nacional de Migração é fundamental para determinar os atores (quem faz o quê), a continuidade, os compromissos e os recursos. Não pode ser ação de governo, mas sim uma Política Nacional de Estado. Temos responsabilidade pela implementação da Política para não agir de momento a momento, de ação em ação.

Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão:

- A política pública está sujeita à transparência e ao controle social. A política não pode ser episódica, apenas para momentos de crise, mas principalmente, que possa ser objeto de avaliação permanente.





---

### Mesa 3 - Proteção especial a grupos de atenção prioritária: atenção e acesso a direitos de mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, indígenas, população LGBTI

#### **Moderadora: Fabiana Galera Severo, Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)**

abriu a mesa com o anúncio da publicação da Recomendação do CNDH Nº 5/2018, que dispõe sobre o direito de venezuelanas e venezuelanos no fluxo migratório<sup>10</sup>. Afirmou que o CNDH tem olhado para os grupos de atenção prioritária, na perspectiva de sujeitos de direitos. Destacou que o desafio de proteção às mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, indígenas e população LGBTI é ainda maior.



#### **David Tezanos Pinto, Defensor del Pueblo da Bolívia**

falou sobre a experiência da Bolívia na perspectiva de proteção aos direitos dos migrantes venezuelanos. Destacou a importância de campanhas positivas visando a mudança de cultura na população boliviana em relação aos migrantes venezuelanos.

Principais pontos:

- A Defensoria promove ações como: nivelamento dos procedimentos e custos para a regularização da permanência dos migrantes venezuelanos; elaboração de protocolo para a prevenção de excessos e violação de direitos nos controles de migração; preparação de um plano para prevenir o tráfico de pessoas, considerando principalmente os grupos de proteção especial; disseminação de conteúdos de comunicação sobre prevenção e proteção de direitos; determinação do número de migrantes para traçar uma política pública; e rejeição à intervenção militar na Venezuela.
- Conteúdos de sensibilização e prevenção na área de comunicação a serem traduzidos em campanhas:
  - Proteção e respeito aos direitos dos venezuelanos em situação de mobilidade humana, considerando sua vulnerabilidade.

<sup>10</sup> Disponível em <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Recomendaon5direitodevenezuelanxsnofluxomigratrioBrasilseguimentossmissesdoCNDH.pdf>



- Difusão da "cidadania universal", conforme proclamada na Constituição Política do Equador e na política externa da Bolívia.
- "Para um mundo sem muros" e "Entre os povos irmãos não há fronteiras" seriam os lemas da campanha, destacando o valor da hospitalidade e rejeitando a hostilidade, apoiando a integração e descartando a exclusão. Recordar que Simón Bolívar era venezuelano e lutou com sua vida pela independência da América do Sul, algo sensível aos corações.
- Busca-se sensibilizar as pessoas para o sentimento de que uma grande pátria é mais valiosa do que o nacionalismo e a xenofobia. Reforçar que os irmãos latino-americanos têm direito a dignidade, igualdade, salários justos e residência. Lembrar que a Venezuela foi um exemplo de integração e acolhida.
- A Campanha Nacional será realizada articulando alianças com a televisão e outros meios e instituições de direitos humanos, com frases positivas, que tenham efeito na mudança cultural. A campanha terá logotipo, hashtag, entre outros, para que possa ser difundida em diferentes meios. Há leis em alguns países que permitem divulgação gratuita de campanhas de direitos humanos.
- Em questões de manutenção da paz, defende-se exortar a comunidade internacional e as instituições nacionais de direitos humanos a rechaçar qualquer tipo de intervenção militar na Venezuelana.



#### **Fernando Wing, *Defensoría del Pueblo* do Panamá**

expôs as dimensões da mobilidade da população venezuelana ao Panamá, a partir de 2014. Apontou os desafios a serem superados no país diante dos atuais critérios de regularização migratória, centrados na questão econômica, que impedem a formalização de pessoas de baixo poder aquisitivo.

Principais pontos:

- Em 2014, o fluxo migratório de venezuelanos não era muito significativo no Panamá, mas o país começou a receber solicitações de asilo de pessoas que tinham sofrido perseguições políticas. Também recebeu demandas de pessoas com bom poder aquisitivo. Desde 2015, essa dinâmica migratória mudou, devido a momentos de insegurança e à crise econômica.
- Chegou um momento no qual uma grande quantidade de venezuelanos, para continuar documentados no país, depois dos seis meses regulamentados, iam à Costa Rica passar três dias e retornavam. Até que o centro de migração impôs o visto, para que não acontecessem mais essas saídas e entradas. Isso causou uma diminuição na grande quantidade de migrantes venezuelanos no país.
- Os migrantes com visto americano podem entrar no território panamenho. Aqueles que não têm, enfrentam dificuldade para conseguir um visto.

- O governo do Panamá ainda não sabe, com precisão, como vai regularizar os venezuelanos. Haveria uma ação humanitária, mas a possibilidade de venezuelanos obterem visto obedece a critérios econômicos.
- Uma pessoa que queira ficar no país pode ter visto de trabalho durante dois anos. Mas paga-se mais de 500 dólares para acessar a regularização migratória e mais 250 dólares pela permissão de trabalho. As condições econômicas dos venezuelanos não são boas. Poucos conseguem dinheiro para uma passagem, que dirá esse valor para um visto que dura dois anos.
- A população migrante precisa solicitar dinheiro de várias formas, até emprestado, e às vezes fazem acordos de trabalho ou sexuais. Só conseguem terminar de pagar a dívida quando precisam renovar o visto.
- Apesar disso, muitos venezuelanos já acessaram a solicitação migratória. Entre os 44.073 beneficiados, de 2016 a 2018, aproximadamente 50% são migrantes da Venezuela (22.236 pessoas). Em 2018, as pessoas venezuelanas correspondem a 63% daqueles que obtiveram a regularização migratória.
- Hoje em dia, apesar de o serviço dizer que há 79.990 venezuelanos no país, acredita-se que haja 100 mil, com situação irregular de documentação.
- Muitas vezes os migrantes solicitam refúgio. Depois de um ano, eles desistem porque a documentação é muito difícil. Tentam, então, a regularização migratória. Ano passado, de 1.438 solicitações, ninguém foi reconhecido como refugiado.
- Há 13 mil casos de solicitação de migrantes de nacionalidade venezuelana que levam até 5 anos de análise, devido a morosidade. Enquanto isso, ficam sem documentação formal de permanência no país e sem direito à permissão de trabalho. Acabam se dedicando a algum trabalho informal, que também está proibido a estrangeiros, pela lei do país.
- A longo prazo, não existe nenhuma solução mais efetiva, com critérios humanitários, que favoreça a presença da população venezuelana no Panamá.
- Panamá é um país com IDH alto e em crescimento, mas, em termos migratórios e de documentação, é muito difícil para pessoas que têm um padrão de vida médio ou baixo e não podem acessar alternativas migratórias.
- As mulheres se veem em várias ocasiões duplamente vulneráveis, pois, se não têm dinheiro, precisam fazer empréstimos para obter a regularização migratória. Para pagá-los, elas se submetem a trabalhos ou a favores sexuais. Elas não conhecem seus direitos, e não denunciam por medo de chegarem às autoridades e sofrerem consequências como a deportação.
- Recentemente houve deportação de uma trabalhadora sexual porque descobriram que ela tinha HIV. Se estabeleceu um antecedente jurídico para que outra trabalhadora, nas mesmas condições, não fosse deportada.
- Alguns serviços como educação e atenção em saúde são gratuitos, mas, muitas vezes, a população migrante não os acessa, pela falta de informação e pelo medo de que se descubra que está sem a documentação.
- É preciso capacitar e informar as pessoas venezuelanas sobre seus direitos e os serviços gratuitos oferecidos, mas que não são acessados por desconhecimento. Por exemplo: a terapia tripla de HIV e a assistência em saúde para enfermidades crônicas.



- Algumas recomendações:
  - Gerar uma estratégia de capacitação conjunta (*Defensoría del Pueblo*, ONGs, organismos internacionais, outras entidades governamentais) para informar a população venezuelana sobre seus direitos.
  - Quanto à República do Panamá, seria importante examinar melhor a solidariedade humanitária que deve acontecer com os cidadãos venezuelanos; que não se concentre muito no tema econômico para conceder a regularização da migração.
  - Ampliar e flexibilizar a concessão de visto humanitário, atualmente oferecido em casos de extrema necessidade.

### **Jaime Nadal, Representante do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)**

descreveu as ações realizadas pela organização no Brasil, em Roraima, em quatro frentes: articulação política e programática e fortalecimento das capacidades institucionais; ações de comunicação para convivência efetiva e combate à xenofobia; disseminação de informações sobre direitos e promoção de resiliência comunitária. Principais pontos:

- É um fenômeno recente a resposta humanitária incorporar as necessidades dos grupos de atenção prioritária.
- O Fundo de População das Nações Unidas está presente em mais de 150 países e com uma missão baseada em três propósitos:
  - que todas as gestações sejam desejadas;
  - que todos os partos sejam seguros;
  - que todas as pessoas jovens possam atingir seu pleno potencial.
- O UNFPA é uma agência de desenvolvimento. Com o incremento global dos conflitos (políticos, sociais, econômicos, territoriais, bélicos etc.) e das crises climáticas, o UNFPA começou a investir na assistência humanitária e no desenvolvimento estrutural.
- A falta de assistência humanitária eleva o risco de gravidez não planejada e não desejada, violência de gênero e sexual, tráfico de pessoas, contrair doenças sexualmente transmissíveis (DST), aumentando a vulnerabilidade principalmente dos grupos de atenção prioritária.
- O fenômeno de deslocamento de populações parece homogêneo, mas as razões que levam as pessoas a migrar são diversas. Apesar da diversidade, os direitos e as dignidades dessas pessoas são os mesmos. A igualdade nas necessidades precisa ser incorporada em todo momento na implementação de ações de assistência humanitária.
- O UNFPA se uniu ao comitê permanente interagências, que incorpora agências humanitárias (não apenas da ONU). O comitê define as políticas de intervenção de assistência humanitária quando acontecem as crises humanitárias. Está organizado numa série de grupos e equipes de trabalho. Em particular, há um Grupo de Proteção e dentro dele há um subgrupo sobre violência sexual e gênero, coordenado pelo UNICEF e UNFPA.



- Desde que houve o aumento na migração venezuelana, o UNFPA trabalhou para que as necessidades das mulheres fossem atendidas de acordo com os propósitos da missão do UNFPA.
- O UNFPA focou sua intervenção em quatro linhas:
  - Articulação política e programática e fortalecimento das capacidades institucionais;
  - Ações de comunicação para convivência efetiva e combate à xenofobia;
  - Disseminação de informações sobre direitos e
  - Promoção de resiliência comunitária.
- Na linha de articulação política, o UNFPA promoveu:
  - juntamente com o ACNUR, o estabelecimento e coordenação do Grupo de Trabalho Técnico de Gênero e Saúde Sexual e Reprodutiva, em Roraima;
  - a capacitação da rede de proteção e promoção dos direitos humanos e direitos das mulheres, adolescentes e população LGBTI, jovens e pessoas idosas e com deficiências;
  - a capacitação dos atores envolvidos no acolhimento e logística da Operação Acolhida, incluindo o exército brasileiro, que é parceiro na implementação;
  - a capacitação do exército brasileiro no tema de prevenção ao assédio e exploração sexual e
  - a construção e pactuação de um fluxo de atendimento para violência de gênero.
- Na linha de comunicação foram realizadas:
  - intervenções artísticas de rua para sensibilizar a população de Boa Vista contra a xenofobia;
  - campanha “Elas somos nós” e “E se fosse você”, disponível no *Youtube* e
  - campanha com a participação de migrantes “Eu sou eu Sonho”.
- Na linha de disseminação de informações, foram realizadas:
  - rodas de conversas com mulheres, jovens, pessoas LGBTI, povos indígenas, pessoas idosas e com deficiência sobre direitos, necessidade seguir em frente, habilidades para a vida e autocuidados;
  - cartilhas para a população migrante em português e espanhol e
  - oficinas para HIV e DST para homens e jovens.
- Na linha de resiliência comunitária, juntamente com a ACNUR, houve a distribuição dos Kits Dignidade e coordenação do Espaço Amigável e Espaço da Mulher no Posto de Recepção, Informação e Triagem de Pacaraima e Boa Vista; reforço à capacidade do Estado de acolhimento em casos de violência de gênero e violação de direitos.
- Destaque sobre o elemento da criatividade: o Estado brasileiro tem sido capaz de implementar de maneira criativa uma ação de acolhida e interiorização da população migrante venezuelana. É uma ação inovadora que precisa ser documentada e disseminada como boa prática.





### Rosana Veja, Chefe Nacional de Proteção à Criança do UNICEF

fez uma apresentação (Anexo 6) sobre a proteção de crianças adolescentes migrantes e refugiados, reunindo os instrumentos de direitos humanos e os princípios relacionados a este tema, bem como as ações concretas realizadas pelo UNICEF em Roraima. Principais destaques de sua fala:



- O UNICEF atua com crianças refugiadas de diversas partes do mundo. Estima-se que uma a cada 70 crianças vive fora de seu país de origem, totalizando cerca de 31 milhões de crianças. Destas, 200 mil estão desacompanhadas e separadas.
- Considera-se que a criança ou adolescente migrante não acompanhada é a pessoa com menos de 18 anos de idade que não viaje acompanhada por um dos pais, tutor ou qualquer outro adulto que, por lei ou costume, seja responsável por ela. Essas crianças desacompanhadas representam situações especiais para os funcionários da migração, uma vez que as regras sobre prisões e outras práticas utilizadas para estrangeiros adultos não são apropriadas para menores.
- As políticas de migração mais restritivas implicam em mais perigos para as crianças e adolescentes. Este é um fenômeno mundial. A criança migrante é uma vítima pela qual é preciso ter um olhar especial, como é o caso de crianças desacompanhadas e a possibilidade de aumento do tráfico.
- Principais Instrumentos de Direitos Humanos sobre Crianças Migrantes e Refugiadas
  - Convenção sobre os Direitos da Criança (1989);
  - Observação geral conjunta 3 (2017) do Comitê de Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e de seus Familiares e número 22 (2017) do Comitê dos Direitos da Criança sobre os princípios gerais relativos aos direitos humanos das crianças no contexto da migração internacional;
  - Observação geral conjunto 4 (2017) do Comitê para a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias e número 23 (2017) do Comitê dos Direitos da Criança sobre as obrigações dos Estados em relação aos direitos humanos das crianças no contexto da migração internacional nos países de origem, trânsito, destino e retorno;
  - Corte Interamericana de Direitos Humanos, Opinião Consultiva O-21/14, Direitos e Garantias de Meninas e Meninos no Contexto da Migração e/ou Necessidade de Proteção Internacional (2014). [OC CIDH 21];
  - Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados (1951) e Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados (1967);
  - Declaração de Cartagena sobre Refugiados (1984);
  - Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias (1990).



- Ao tratar do tema criança e adolescência é necessário considerar os quatro princípios gerais:
  - Não discriminação.
  - Interesse da criança acima de tudo.
  - Direito a ser escutado. Os adolescentes devem dizer quais são as melhores soluções para as situações que eles estão vivendo. Deve-se escutar o que eles estão pensando. Meninos desacompanhados falam um idioma que é muito diferente em outro país. A escuta deve ser amigável para os adolescentes.
  - Direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento. Direito de brincar e ter espaço de tranquilidade para voltar a ter sensação de normalidade num espaço amigável. A vida escolar escola propicia isso.
- Compreensão de que, acima de tudo, as crianças são crianças. Portanto, devem ser tratadas como crianças e ter acesso aos mesmos direitos, independentemente de seu estado de migrante.
- Princípios da Proteção Específica para as crianças e adolescentes migrantes e refugiadas:
  - Garantir o direito à educação, saúde e outros serviços sociais.
  - Manter as famílias de migrantes e refugiados unidas.
  - Acabar com a detenção de crianças migrantes e refugiadas.
  - Erradicar a fome, a xenofobia e a discriminação.
  - Protegê-las contra a exploração (laboral e sexual) e a violência (estresse provoca a violência doméstica).
  - Abordar as causas que levam as crianças a deixar suas casas, para o caso das crianças que estão desacompanhadas.
- Ações realizadas pelo Unicef em Roraima:
  - Três espaços de aprendizagem nos abrigos Nova Canaã (Boa Vista), e nos abrigos indígenas Pintolândia (Boa Vista) e Janokoida (Pacaraima).
  - Onze Espaços Amigos da Criança - locais seguros onde 6.030 crianças recebem apoio emocional. São identificados os riscos e as vulnerabilidades que afetam as crianças e adolescentes. Jogos e brincadeiras são utilizados como ferramentas de trabalho. Os espaços estão operando nos abrigos, no Centro de Referência (UFRR), e nos Postos de Triagem de Boa Vista e Pacaraima.
  - Desenvolvimento de estratégias e ações de proteção das crianças e adolescentes e encaminhamentos para o Sistema de Garantia de Direitos.
  - Capacitações: 1.015 pessoas participaram de 9 oficinas de capacitação sobre rede de proteção (15 conselheiros tutelares), PSEA - *Protection Against Sexual Exploitation and Abuse* (550 soldados), fortalecendo a Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes – (156 participantes da Rede de Proteção do estado de Roraima); formação dos monitores dos Espaços Amigáveis (33 participantes); formação de líderes em higiene, saneamento, gestão de águas e resíduos sólidos (70 participantes); Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) (35 profissionais de gestão de saúde); acolhimento das crianças e adolescentes (22 pessoas de UNFPA, ACNUR, OIM, AVSI, Ministério da Saúde, Polícia Rodoviária e conselho tutelar).



- Avaliação Nutricional de 279 crianças e entrega de kits antropométricos nos abrigos.
- Promoção de hábitos saudáveis de higiene, uso adequado da água, além de gestão de água e saneamento nos abrigos.
- Realização de oficinas de alimentação e nutrição e capacitação dos profissionais com base na Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) e abertura de 6 cantinhos de amamentação.

### **Fabiana Galera Severo, Presidente do CNDH**

concluiu a mesa, com mais dados sobre o tema:

- Os grupos de atenção prioritária - mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, indígenas, população LGBTI - já são historicamente invisibilizados e discriminados na sociedade, e na situação de migração e refúgio ficam ainda mais vulneráveis.
- A documentação é um primeiro passo para o empoderamento e autonomia dessas pessoas, a fim de evitar explorações de diversas ordens.
- A situação das crianças e dos adolescentes desacompanhados estava em discussão no CONARE, desde 2014. Antes, sequer conseguiam acessar a solicitação de refúgio estando desacompanhadas. O processo demorava anos, deixando a criança em situação de maior vulnerabilidade, indocumentada.
- Foi celebrada a Resolução Conjunta nº 1, de 9 de agosto de 2017 CONANDA/CONARE/ CNIG/DPU (que estabelece procedimentos de identificação preliminar, atenção e proteção para criança e adolescente desacompanhados ou separados, e dá outras providências), para que crianças desacompanhadas pudessem acessar o procedimento de refúgio por meio de um tutor especial, assumido pela Defensoria Pública. Ainda há pouca demanda.
- Mulheres e população LGBTI enfrentam o tráfico para exploração sexual (e eventualmente crianças e adolescentes). Há desafios teóricos e normativos sobre esse tema. A prostituição não é legalizada no Brasil, mas deve-se respeitar quando a atividade é feita de forma voluntária pelos adultos. Isso é mais um desafio a ser enfrentado.
- Foi publicada a Recomendação do CNDH No 5/2018 11, que dispõe sobre o direito de venezuelanas e venezuelanos no fluxo migratório. Partindo do princípio da autodeterminação dos povos, a Recomendação rechaça qualquer hipótese de solução militarizada. Uma das recomendações é de que as soluções operacionalizadas pelas Forças Armadas/Exército sejam integradas às pastas civis.
- O papel do Exército é muito importante. Porém, considerando a recente mudança de paradigma de uma lei sobre migração forjada na época da ditadura militar e

11 <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Recomendaon5direitodevenezuelanxsnofluxomigratrioBrasilseguimentosmissesdoCNDH.pdf>



da tendência de militarização da vida pública, é necessário que a questão migratória seja tratada da perspectiva civil.

- Na crise política brasileira será necessário enfrentar retrocessos às conquistas pela não discriminação e pelo enfrentamento ao preconceito contra os grupos vulneráveis, que têm sido alvos de ataques e de discursos de ódio, com efeitos silenciadores.
- Em 2015, os pedidos de documentação ficaram isentos de custos, mas com a possibilidade de decreto, poderá sofrer retrocesso.



---

## Mesa 4 - O papel da mídia no combate à xenofobia: Jornalismo, Direitos Humanos, Migração e Refúgio

### **Moderadora: Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão**

abriu a mesa com uma reflexão sobre a origem dos preconceitos e os desafios da comunicação em desconstruir conceitos vigentes nas sociedades:

- Os Estados nacionais consolidaram as fronteiras como locais de passagem documentada.
- Estados nacionais são contemporâneos à Revolução Francesa. Na história da humanidade é pouco tempo. Estrutura-se na ideia de que um povo vive num único território, fala a mesma língua, tem os mesmos costumes, e o que é de fora, é ruim. Não à toa, a fronteira é objeto da Polícia ou das Forças Armadas.
- Temos que superar o Estado, que é uma ideia, mas nunca existiu como espaço de pessoas que compartilham a mesma cultura. Essa noção de Estado precisa ser reconstruída. A desconstrução das ideias que a gente herda é um exercício a ser feito.
- Muito se valorizou o fato de as pessoas migrantes entrarem aqui apenas vacinadas. Mas a ideia de vacina está muito associada à limpeza - "não vão nos contaminar" - ao incômodo com aquele vem. Se é pra aceitar, que seja "limpinho".
- Quando falamos de migração, a que migrantes nos referimos? O primeiro migrante, o invasor português? A migração negra, dos corpos traficados à força ao Brasil? Ou os que vieram no fim do século XIX, com o inconformismo de que os corpos negros sejam capazes de realizar um trabalho produtivo?
- A onda de migração europeia foi um projeto de branqueamento da raça brasileira. Isso está exposto na Constituição de 1934, que fala dos costumes da raça europeia. Importante fazermos essa crítica para entender a onda de xenofobia que acontece na região Norte do Brasil.
- Nunca será possível ter um oficial em cada parte de cada fronteira. Em 1985, surgiu um projeto de povoamento nessa região brasileira, chamado Programa Calha Norte, que ignorou as pessoas que lá existiam, que as entendia como incapazes de proteger a fronteira. O Programa Calha Norte trouxe pessoas do Sul do Brasil para ocupar e desenvolver a região, para fazer "o que eles não eram capazes de fazer". Em Roraima, há pessoas invadindo territórios indígenas e Unidades de Conservação que acham que esses lugares não são para migrantes.





- Deve-se afirmar a migração como direito. Afirmar a livre circulação como um ato de autonomia. As pessoas tomam decisões, individual e coletivamente, de caminhar pelo mundo, mudar de projetos de vida, sair de um lugar para o outro, e isso não deveria demandar demais preocupações. É necessário que o ato de atravessar fronteiras seja confortável.
- Tratar o migrante como vulnerável me parece uma escolha equivocada em termos de comunicação.
- Em algum momento, de maneira geral, essas pessoas fizeram escolhas. Somos uma sociedade, nos inserimos em sociedades maiores, racistas, preconceituosas. Somos uma sociedade que acumula preconceitos.
- Em discussão no Conselho Nacional de Direitos Humanos, um representante da Central Única de Trabalhadores (CUT) disse que pra eles não existem trabalhadores venezuelanos, mas sim trabalhadores.
- Erramos ao chamar as pessoas pelo seu local de origem. Não somos mulheres antes de sermos venezuelanas ou brasileiras?
- E se começamos a constituir uma campanha que leve em conta outras filiações, além da nacionalidade? Categorizar pessoas pelo local que elas vêm, pra mim, não diz absolutamente nada.



**Luis Carlos Rodrigues Cruz, *Servicio Jesuita para Refugiados*, Colômbia**

fez uma reflexão sobre a responsabilidade da expressão e a importância de uma comunicação acolhedora na transformação da sociedade. Principais pontos da sua fala:

- Faço parte do escritório regional para América Latina e Caribe, que tem o apoio dos escritórios nacionais que estão na Colômbia, Venezuela, Equador, México e outras unidades do serviço jesuíta que trabalham com o tema de migração e refugiados no Brasil, Chile e Argentina. Esse panorama das unidades nos permitiu ver a complexidade desse tema.
- O termo xenofobia é muito familiar na academia, mas nas ruas as pessoas não o conhecem. O mesmo acontece com os direitos humanos. Temos que falar de uma maneira descomplicada.
- O medo do estrangeiro, do diferente, vem da nossa história, desde gregos e romanos. Na América Latina o problema vai além da xenofobia. É o medo de perder o que temos para outras pessoas. O Estado concentra recursos no centro e menos das fronteiras dos territórios. Há abandono histórico das fronteiras. Quando chega gente de fora, a população local luta pelos poucos recursos que existem nas fronteiras.



- Quem usa os meios de comunicação? No mundo globalizado estamos conectados e bombardeados pela mídia e pelas redes sociais. Vemos que, ao redor da xenofobia, há mitos por conta do uso inadequado dos meios.
- Há responsabilidade de todos sobre como nos expressamos. Principalmente enquanto funcionários públicos, pois se espera dos meios de comunicação públicos uma maior responsabilidade em formar e orientar a população sobre pautas que incentivem a reflexão.
- Há um crescente movimento de transformação de políticas públicas que dependem não só da dimensão institucional (Estado) mas também da participação da sociedade civil, que também deve repensar o seu papel em relação aos meios de comunicação e com a sociedade.
- É grave que funcionários públicos, como governadores e presidentes, se exacerbem por conta de questões politiqueras. Essas expressões passam a ser incorporadas nas comunidades de forma negativa. Ao contrário, eles deveriam exercer uma liderança positiva.
- Os meios de comunicação são o quarto poder. Eles vêm sofrendo um questionamento sobre a forma como atuam, ao vender notícias sem responsabilidade sobre a qualidade da informação. Esses são os meios que queremos? Nas sociedades modernas queremos reproduzir certas práticas que estão ultrapassadas?
- Dentro da Companhia de Jesus estamos trabalhando a campanha da hospitalidade, de forma positiva, como ser mais solidários e cooperativos.
- Todos somos comunicadores, não só os meios massivos. Como podemos transformar com mensagens acolhedoras?
- Na história, a pureza estava no sangue. Quando você se misturava com alguém, perdia a pureza. Mas, ao contrário da crença, é a mistura que gera a riqueza, que está na diversidade. Todos somos filhos de refugiados se olharmos para a história de nossas vidas.

### **Luz Mely Reyes, *Efecto Cocuyo***

relatou a sua experiência como jornalista venezuelana. Apontou os erros na cobertura jornalística que podem fomentar a xenofobia e os caminhos para uma comunicação mais ética e verdadeira (anexo 7). Principais pontos de seu relato:

- Sou jornalista venezuelana. Vivo em Caracas. É uma graça eu estar aqui depois de 30 horas de viagem. Essa é uma das dificuldades de sair de Caracas.



- Nós dizemos que a Venezuela não tinha nenhuma experiência de migração. Nós, jornalistas venezuelanos, não tínhamos ideia de como cobrir fatos como esses. Estamos aprendendo. Tivemos que aprender no caminho.
- É interessante observar no caso exposto numa rede social, pelo jornalista do Equador (elcronista), que chama a atenção sobre como nós, jornalistas, podemos fazer “muito estrago” sem achar que estamos fazendo.



- A matéria “Venezuelanas estão acabando casamentos em Santander” alimenta a xenofobia.



- Há dois anos, uma matéria dizia que o migrante venezuelano era alguém com curso universitário, jovem, cheio de diplomas, que estava saindo do país, naquele momento, por causa da insegurança.



- O perfil foi mudando, especialmente no último ano. Agora pessoas com menor qualificação profissional estão fugindo da crise econômica. Para um venezuelano ter acesso a algum tipo de medicamento é muito difícil. Esses fatores estão levando muitas pessoas a deixarem a Venezuela.
- Um exemplo de campanha positiva vem da Colômbia, que diz que "venezolano rima com hermano". Não gosto muito da caracterização porque parece uma marca muito famosa da Venezuela. Mas é importante ver como dois países fronteiriços que podem transformar esse feito numa boa oportunidade.



- Aprendizados que tive: e se fosse eu?  
*¿Y si fuera yo?*  
*Historias en vez de números*  
*Los términos adecuados*  
*El tono*  
*La fotografía*  
*Contexto*





### *Evitar la polarización*

- Todos temos medo do desconhecido. Os meios de comunicação mostram enormes grupos de migrantes, de uma forma muito negativa. É difícil saber quantos venezuelanos saíram do país. Não faz tanto sentido dar um número que é impreciso.
- Como jornalista, quero falar sobre o tom que contamos as histórias. Tendemos a contar as histórias dramáticas. Ex: médico na Venezuela agora está lavando pratos no Brasil. Não somos o primeiro povo que está migrando. Precisamos pensar em como contar essa história, evitando polarização.
- O tema da migração termina sendo sempre uma armadilha, em que as pessoas não dizem que estão indo por conta da situação política, mas falam que foi pela economia.
- Abaixo o exemplo de uma fotografia que diz muito, mas não diz nada. Muitas pessoas na ponte Simón Bolívar. Nós vemos a foto e achamos “nossa, tudo isso de gente!?!?” Mas, de acordo com a Colômbia, 35 mil pessoas cruzam essa fronteira diariamente. Pode ser de forma pendular. Não quer dizer que todas as pessoas ficarão na Colômbia. Às vezes elas saem e voltam ao final do dia.



- Quando falam de êxodo há até uma conotação religiosa. O país receptor tende a se assustar, com medo de que isso cause problemas e ameace aquilo que conseguiram antes.
- Aprendizados importantes para cobertura jornalística sobre migração:
  1. Desmistificar os prejuízos com conhecimento
  2. Divulgar estudos científicos
  3. Nada de discurso moralista
  4. Não é necessária a nacionalidade para demonstrar um crime
  5. Trabalhar com os jornalistas para sensibilizá-los para a utilização rigorosa de seu código de ética
- Não são todos os venezuelanos que estão migrando e que estavam em situação horrível de saúde. A foto a seguir demonstra este fato:





Fonte: apresentação de Luz Mely Reyes



#### **Paula Ramon, Agência France Presse**

falou sobre a falta de conhecimento técnico da mídia para lidar com o tema da migração venezuelana. Principais pontos de sua reflexão:

- No começo desse ano fiz um artigo<sup>12</sup> sobre a vida da minha família na Venezuela. Teve muito impacto, pois não tinham noção da vida das pessoas no país. Gerou empatia com os leitores.
- O medo do desconhecido não acontece só aqui. Em Roraima, alguns meios de comunicação reproduzem um pouco o medo do desconhecido que a sociedade tem.
- Não há jornalistas especializados em migração. Vamos aprendendo no caminho como tratar o tema e a linguagem adequada. O tratamento dado ao tema faz parte deste desconhecimento.
- O alcance do tema da migração no Brasil, pela grande mídia, está cada vez menor. Muitas das informações que as pessoas acessam não são através da imprensa. A imprensa tem o papel educador, mas pouco alcance.
- O Ministério da Saúde informou oficialmente que a cepa de sarampo que estava gerando o surto em Roraima era venezuelana. A informação era importante. Mas como apresentar esta notícia, sem facilitar o jogo para a xenofobia? Como dar informações de utilidade pública?

<sup>12</sup> <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/noticias-de-maracaibo/>



- Percebo que no Brasil há despreparo para atender essa chegada maciça de migrantes. Isso foi refletido nos meios de comunicação. Não acho que seja má intenção ou jogo de poder.
- Uma das coisas que mais vi é o parágrafo de contexto sobre como as lutas pelas vagas no hospital ou trabalho tinham gerado conflitos com os venezuelanos. Isso é um desserviço devido à falta de preparo.
- A migração venezuelana está afetando vários países da região. É um desafio regional e para os próprios venezuelanos sobre como eles noticiam o que está acontecendo em seu país.

### **Camila Asano, Conectas Direitos Humanos**

fez uma análise crítica da forma de abordagem da comunicação sobre o tema migração Venezuela. Principais destaques:

- A forma como estamos lidando com a migração tem sido crítica.
- A Paula fala sobre a falta de conhecimento técnico em como abordar o tema, e isso é muito sério.
- Num projeto do Conectas, com o apoio da embaixada do Canadá, temos diálogo com jornalistas em diversas cidades do Brasil, como parte da Rede de Apoio dos Capacitadores. Por meio de um exercício de clipagem, buscamos entender como tem sido a cobertura jornalística. Tivemos conversas francas com os jornalistas sobre os desafios que eles têm enfrentado.
- Muitas vezes, há problemas com uso dos termos refugiados e residentes, por exemplo. Os termos fortes às vezes reforçam a xenofobia - invasão, avalanche, crise - geram alarme e recuo das pessoas no Brasil. Se olharmos os dados, a nacionalidade mais presente no Brasil não é venezuelana. Os termos alimentam a visão negativa e, conseqüentemente, a xenofobia.
- A forma enviesada de apresentação dos dados também é um problema. Hoje 30 mil brasileiros vivem na Venezuela. Há mais brasileiros que vivem no exterior do que migrantes no Brasil.
- Outras questões são as pautas negativas: Por que reforçar a nacionalidade em caso de crime? Por que usar o termo "ilegal" em vez de situação irregular? Uma jornalista já tentou fazer pauta positiva, mas sofreu pressão da editoria.
- É necessário ter o diálogo aberto e construtivo para apoiar os jornalistas, esclarecer e dar subsídios sobre as definições conceituais e sobre o uso adequado dos termos.
- As pautas negativas brotam. Temos que mostrar as pautas positivas.
- Se migrar é um direito humano, a escolha do Brasil em militarizar a resposta humanitária coloca o tema como segurança nacional. O decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no estado de Roraima foi prorrogado. Criar uma contranarrativa é complexo neste sentido.



---

## Rodada de debate – Mesas 3 e 4

### Perguntas

#### Xenofobia

- Rogenir, da Fundação Avina - Como as ações de proteção poderiam alinhar e integrar as demandas dos imigrantes com as demandas da população local, a fim de vencer o preconceito? Por ex.: resolução de questões relacionadas ao tráfico de pessoas, violação dos direitos das crianças, direito à segurança alimentar.
- Rejane Costa, prefeitura de Guarulhos - Compartilhem ações bem-sucedidas para o combate à xenofobia. Quais as boas práticas realizadas pelos governos, nos três níveis, e pelas organizações da sociedade civil, que estão proporcionando a inclusão multicultural dos imigrantes, entre outros?
- Qual seria hoje a principal medida a ser adotada para combater a xenofobia no Brasil?
- Vocês acham que as articulações políticas locais (ruralistas, partidos políticos tradicionais, representações das comunidades indígenas) desempenham um papel relevante no combate à xenofobia, ou o contrário? Tais posicionamentos se refletem na mídia?

#### Comunicação

- As *fake news* por *WhatsApp* chegam a ser um problema em termos de fomento à xenofobia?
- *Que se puede hacer con plataformas que permiten la publicación de discursos de odio (Facebook, Twitter, etc) en aras de libertad de expresión/prensa?*
- Quais elementos são fundamentais em uma comunicação propositiva para que tenham o mesmo peso e potencial de compartilhamento que as pautas negativas?

#### Família

- Marcela Cuerva, pesquisadora - Como as pessoas migrantes estão lidando com a separação familiar? Mulheres solteiras que são chefes de família, perante a dificuldade de trazer seus filhos, os distribui entre seus familiares, no local de origem. As crianças sofrem com a separação de suas mães e de seus próprios irmãos. Há fragmentação familiar e dificuldade de reunificação. Quais estratégias estão sendo utilizadas a reunificação das famílias? Outra questão: alguns idosos migrantes formam famílias depois uma idade adulta, e tem crianças pequenas como dependentes. Mas, devido



à idade, tem maior dificuldade de conseguir oportunidades de trabalho, e também de voltar para seu país.

- Como fica para os grupos familiares LGBTI que não se "encaixam" na definição da família tradicional?

### Situação na Venezuela

- Iris Ruiz - estamos analisando a situação da Venezuela e imediatamente a seguir teremos que ver a situação de Honduras. É muito difícil o que está acontecendo lá. Os jornais mundiais de maior acesso e circulação nos dão a notícia de que há um necrotério na Venezuela que não está funcionando por falta de luz. Para chegar ao local as pessoas precisam usar escadas. O cheiro já está ruim. As famílias não têm acesso. Materiais se acumulam. Como não há luz, não tem o frio que isola o morto do vivo. Precisamos falar não apenas sobre imigração, mas sobre emigração. Por que as pessoas vão embora?
- É possível solucionar a crise migratória apenas mitigando seus efeitos colaterais, como se propõe aqui, sem lidar com a causa do problema que é o regime ditatorial que se instalou na Venezuela?

### Pontos específicos

- Existe uma outra experiência mundial que não seja tratar a matéria dos refugiados como questão de segurança?
- Deborah Duprat, como proteger a Lei de Migrações e os recentes direitos conquistados, numa eventual fragmentação da democracia?
- Camila, como a sociedade civil deve agir em sua incidência num eventual e futuro cenário de intolerância?
- (Pessoa não identificada) Estamos tentando construir em Belém um protocolo de consulta prévia com os Warao. Fomos bem sinceros com eles sobre o futuro cenário obscuro. Em Belém, demoramos um ano para conseguir declarar situação emergencial e receber recursos do MDS. Ainda que o governo federal estivesse disposto a abrir os abrigos, o discurso nas ruas é muito perigoso, xenofóbico. Como enfrentar isso? Ainda que tenhamos instrumentos, é necessária a boa vontade dos governantes para dar eficiência a eles e colocá-los em prática. Também, ao que tudo indica não teremos orçamento no próximo ano.

### Respostas

Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão:

- A gente não tem solução fácil para um problema tão difícil.
- O número que temos de venezuelanos no Brasil é inferior ao do Equador. Isso diz muito sobre a gente. Temos que partir da premissa de que a sociedade brasileira se organiza muito fortemente a partir da xenofobia.



Basta lembrar como foi a história de validação dos diplomas do Programa Mais Médicos e do juiz que ficou três anos cantando no sinal de trânsito até a OAB reconhecer o diploma dele. Vai piorar. É uma sociedade que vê a migração, especialmente das regiões mais pobres, como uma situação de "amigo *versus* inimigo". Não adianta pensar que isso será resolvido conversando com as pessoas e mandando cartinhas de amor...

- Fico incomodada com a palavra integração. Os indígenas detestam essa palavra. Entrar para não ter voz, para não poder falar? É como a fábula da Pequena Sereia: você cabe no meu mundo desde que você se cale. Ao chegar nas casas, os venezuelanos foram separados por sexo biológico em vez de família. Eles não foram ouvidos. Em nenhum momento, antes da chegada dessas famílias, houve uma conversa sobre como eram as casas e como eles gostariam de ser divididos. "Nós temos a melhor solução de abrigamento", mas não ouvimos o público. Que integração é essa? É um tom farsesco. Não ajudamos, não somos generosos, apenas aplicamos o direito.
- No caso de Roraima, a imprensa não é mal informada, é apenas uma imprensa dominada para atender os interesses de umas poucas pessoas que vieram do sul do Brasil e se acham donos daquela área. Em 30 anos, o os indígenas sempre foram o grande tema dos jornais, culpabilizados por todas as mazelas do território. Agora só mudou o tema. Não é a conversa com a mídia que vai resolver isso.
- Pacaraima foi criada em cima de um território indígena. O município se desenvolveu em cima da economia de fronteira entre Brasil e Venezuela, com brasileiros atravessando a fronteira para abastecer seus carros com o combustível barato na Venezuela.

Luz Mely Reyes, Efecto Cocuyo:

- É um desafio para os jornalistas que estão na Venezuela contar o país que queremos. Quanto à separação das famílias, os que ficam também têm que lidar com a falta de professores que vão embora. Mas há muitas pessoas com esperança que ficam na Venezuela, fazendo o melhor que podem, como professores que ensinam nas ruas e médicos que atendem com seus próprios recursos. Contar o que ocorre na Venezuela é complicado.
- Sobre se posicionar politicamente sobre o processo que ocorre em outro país, há muita confusão e estereótipos que geram polarização. Temos visto como os processos políticos se "venezualizam" nos outros países. Temos que despolarizar. É muito triste quando pessoas que apoiaram o regime local migram e são questionadas por fazê-lo. Isso é resultado da forma estereotipada de como o tema da Venezuela é tratado.

Paula Ramon, Agência France Presse:

- Eu não trabalho com mensagens de comunicação positivas ou negativas. Acho que as histórias têm que ser boas. Uma boa história é quando consegue causar empatia nas pessoas, que incentive um interesse





prolongado. Não é sobre escolher histórias tais como “olha que maravilhosos são os venezuelanos”.

- É difícil achar coisas que sejam de utilidade pública, que aconteçam nos dois países e que ajudem os brasileiros a ter empatia com os venezuelanos. O interessante para mim são histórias que permitam contar o que está acontecendo. Colocar os fatos em perspectiva e gerar empatia.

David Tezanos Pinto, Defensor *del Pueblo* da Bolívia:

- Creio que tudo que for dito hoje será muito abstrato, no entanto, sempre é melhor falar que ter uma censura.
- Há uma regra de que uma unidade econômica investida em prevenção equivale a dez unidades econômicas investidas em repressão.
- Se hábitos não são mudados na prática cultural, temos que apostar na prevenção, em quase todos os níveis. Com relação a isso, as campanhas negativas não mudam nada. Para uma mudança de cultura são necessárias campanhas positivas, que gerem empatia, inclusão.
- Em campanhas, o conteúdo de imagem deve refletir aquilo que você quer falar com palavras. Deve-se usar mais imagens (80%) que devem refletir e estar em harmonia com o conteúdo. Isso envolve muita técnica. Só se pode fazer com experiências e boas práticas.

Jaime Nadal, Representante no Brasil do UNFPA:

- Não podemos falar de ocupação massiva de 50 mil pessoas em um país de 208 milhões de pessoas, ainda que concentradas num único estado da federação que é Roraima. Claro que esta quantidade para Roraima é muito, pois é uma Unidade Federativa há apenas 30 anos. Ainda possui debilidades institucionais na estrutura de estado e em termos de capacidade de serviços públicos.
- A população venezuelana está chegando em um estado com peculiaridades que devem ser analisadas em perspectiva. Maioria dos migrantes venezuelanos ao chegar alugam e moram em casas. Estão financeiramente integrados. Objetivamente o impacto da migração deveria ser positivo. Não deveria haver questionamento nem sobre a quantidade nem sobre a qualidade dessa população migrante. Devido ao preconceito, as pessoas têm uma percepção negativa da migração, quando deveria ser positiva.
- Não sou especialista em comunicação, mas sei que existem orientações técnicas e metodológicas para evitar cair em clichês e estereótipos que levam a situações de xenofobia.

Luis Carlos Rodrigues Cruz, *Servicio Jesuita* para Refugiados, Colômbia:

- Há uma situação de carência de resposta do Estado sobre o que se deve fazer. É preciso demandar essa resposta histórica, deixada de lado por muito tempo, e que explode como uma bomba relógio.



- Os Estados não conseguiram dar vazão às demandas sociais históricas. A situação se agravou e os países da América Latina, e também da América Central tendem a buscar uma solução no Norte. Os países deveriam tratar o tema da migração de forma mais integrada e encará-la como fator positivo de desenvolvimento. Todos os grandes países se desenvolveram a partir da imigração. As pessoas trazem ideias novas e inovação. A maior riqueza humana é a diferença. É importante que esses processos de integração local percebam a diversidade como oportunidade para construir juntos.
- Como estamos aqui com a população mais jovem, que usa redes sociais e plataformas, não poderíamos nos fechar a diferentes opiniões, porque, de alguma maneira, seria censurar.
- Temos que ter um olhar simples sobre as coisas. Propor debate de maneira produtiva e construtiva utilizando as redes sociais, não somente os meios de comunicação tradicionais, como oportunidade de pautar esse tema a partir das universidades, do lar, da família, dos amigos etc.

Camila Asano:

- Quanto ao cenário político do Brasil, precisaremos da solidariedade e colaboração internacional, principalmente dos órgãos regionais, caso se confirme a eleição do candidato favorito nas pesquisas para presidente. O candidato provavelmente vai mudar a área de direitos humanos e revogar a lei de migração. A sociedade civil tem encontrado na imprensa livre um aliado nas denúncias que realiza e um jornalismo de qualidade. Teremos que lutar para garantir o espaço da sociedade civil seja mantido.

Fabiana Galera Severo:

- Precisamos compreender a família numa perspectiva mais ampla do que a visão tradicional. Também precisamos considerar as novas configurações de família nos locais de destino resultantes de deslocamentos forçados. Essas novas configurações não vão encontrar respaldo nos modelos tradicionais. Recentemente, tivemos um recrudescimento da normatização do refúgio no que diz respeito à reunião familiar, que atinge o cerne da proteção internacional do refugiado. Não atinge diretamente por conta do princípio do princípio *non-refoulement* (não devolução). Mas uma outra forma de atingir a proteção internacional do refugiado é obstaculizar as novas configurações familiares e a reunião com os familiares do país de origem. Reunião familiar é a pedra angular para a reconstrução de vidas destroçadas pelo descolamento forçado, principalmente dos grupos de atenção. Devemos manter o olhar atento para as exigências documentais que acabam sendo uma forma de atingir o instituto do refúgio por via indireta.



---

## Mesa 5 - Por uma acolhida humanitária na América Latina. Oportunidades e desafios. Estratégias em andamento.

**Moderadora: Cyntia Sampaio**



### **Sonia Cavalié, *Defensoría del Pueblo* do Peru**

em sua apresentação (Anexo 8) defendeu que a pessoa migrante deve estar no centro das decisões sobre as respostas dos Estados à migração. No Peru foi criada uma permissão temporária de permanência para regularizar a situação das pessoas migrantes que chegaram no país, num grande fluxo.



Principais pontos da exposição:

- Há duas considerações essenciais quando falamos de migração: a primeira é colocar a pessoa migrante no centro das nossas preocupações. Trata-se de entender as causas que motivaram a sua decisão de deixar o país; verificar se existem mecanismos que informem e previnam os riscos de migração irregular e os direitos e as obrigações das pessoas migrantes em outro país, entre outros aspectos importantes.
- A segunda consideração é verificar o que o Estado está fazendo para abordar esse fenômeno social e qual é a sua ação para promover os direitos, as liberdades e as obrigações dos migrantes. Cada medida que o Estado implementa terá um impacto significativo na vida das pessoas migrantes, uma vez que pode beneficiá-las ou afetá-las de forma irremediável.



- Peru deixou de ser um país de trânsito e passou a ser um país de destino. Isso motivou uma nova lei de migração no enfoque nos direitos das pessoas migrantes. A implementação ainda está em andamento.
- Em 2017 o país recebeu um grande fluxo de pessoas migrantes venezuelanas, que aumentou em 2018.

En los últimos 8 meses del 2018, el movimiento migratorio de entrada de venezolanos ascendió a 549 mil 807 ingresos y salieron 152 mil 005, resultando un saldo migratorio de 397 802 movimientos.

MOVIMIENTO MIGRATORIO DE ENTRADAS Y SALIDAS DE VENEZOLANOS, 2016-2018



Fuente: Superintendencia Nacional de Migraciones (MIGRACIONES).  
Elaboración: Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI).

31

Fonte: apresentação de Sonia Cavalié

- Há uma lei de permissão temporária de permanência para visitas ao país (PTP).
- Quase 90 mil pessoas venezuelanas têm PTP e há mais de mais 130 mil solicitações de refúgio.

## Situación migratoria



Fonte: apresentação de Sonia Cavalié



- As pessoas com PTP têm limitações de acesso aos serviços (educação, saúde etc.) e ao trabalho, levando-as à exploração laboral.
- A declaração de Cartagena não está sendo aplicada, devido à restrição orçamentária.



11

Fonte: apresentação de Sonia Cavalié

- Tarefas pendentes:
  - Garantir a proteção da população de atenção especial (mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, povos indígenas, população LGBTI etc.).
  - Recomendar que os governos adotem medidas que permitam o trânsito de pessoas venezuelanas com seus respectivos documentos de viagem.
  - Promover nos países a implementação de processos acessíveis de regularização migratória aos contextos da população venezuelana (custos reduzidos, processos ágeis).
  - Apoiar a localização de familiares do povo venezuelano que necessitam de mudança para um terceiro país.
  - Preparar material de divulgação conjunto sobre as rotas de entrada seguras em cada país e os procedimentos a serem realizados para sua regularização, incluindo os custos, além de informações sobre direitos e deveres, tanto para a mobilidade quanto para a população local.
  - Implementar uma rede de atendimento para os casos de fronteira.
  - Realizar campanhas para combater a discriminação e a xenofobia.
  - Ter procedimento para situação migratória irregular, com cuidado para que não haja deportação.
  - Trabalhar pela integração, para que as pessoas com PTP tenham acesso a serviços e trabalho.
  - Tomar cuidado com as políticas restritivas.
  - Zelar pelo reconhecimento das pessoas em mobilidade, sem distinção.





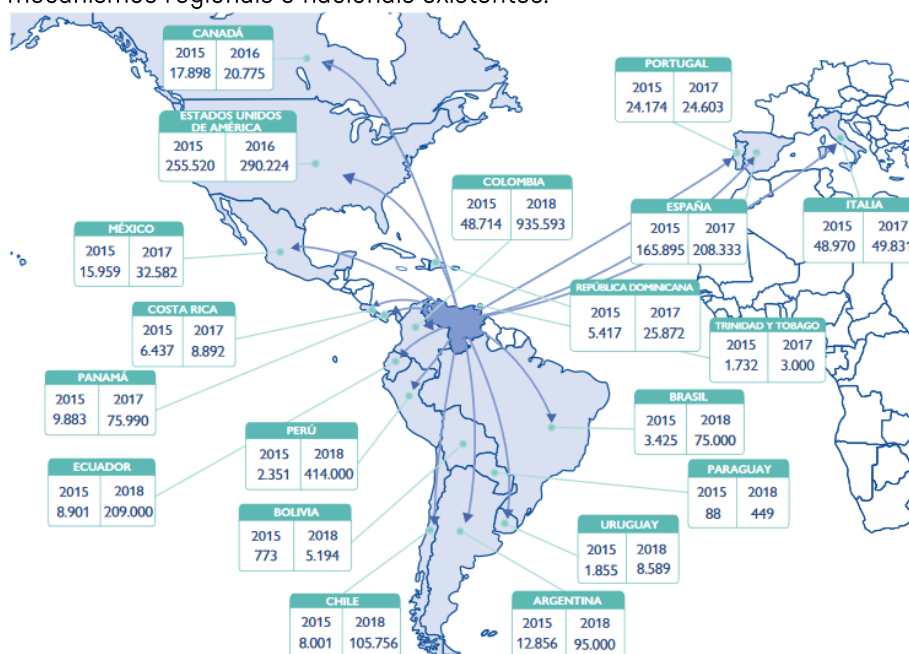
Destaques da moderadora – o processo migratório é um ciclo que se inicia antes, numa decisão, depois acontece o trânsito, até o retorno. As respostas às questões emergenciais ainda não permitem o pleno acesso aos direitos. Há necessidade da resposta estatal também na perspectiva diplomática. O posicionamento dos países no Pacto Global deve ser considerado em relação à migração.

Guilherme Otero, Organização Internacional para Migrações (OIM)

apresentou a Plataforma Interagencial de integração (Anexo 9), que pretende promover ações coordenadas entre os principais países receptores de migrantes na América Latina: Brasil, Colômbia, Equador e Peru.

Principais pontos da apresentação:

- Estima-se que haja, atualmente, cerca de 2,6 milhões de venezuelanos vivendo fora de seu país de origem, a grande maioria na América do Sul (1,8 milhão). Projeções estimam que, mantidas as atuais condições, número pode chegar a 3,8 milhões ao fim de 2019.
- Este é um fluxo migratório único, que não está totalmente refletido nos mecanismos regionais e nacionais existentes.



Fonte: apresentação de Guilherme Otero



- O Secretário Geral da ONU, Sr. Eduardo Stein, representante especial conjunto, incumbiu o ACNUR e a OIM a nível regional a co-liderarem a Plataforma Regional Interagencial de Coordenação.
- O objetivo da plataforma é promover a coordenação, o planejamento estratégico e apoiar a resposta operacional, a nível regional e nacional dentro dos principais países receptores (Brasil, Colômbia, Equador e Peru).
- A plataforma tem quatro eixos:
  - I. Mobilização de recursos;
  - II. Gestão de informação;
  - III. Comunicação coesa e
  - IV. Construção de estratégia regional e nacional – Plano de Resposta para Refugiados e Migrantes.
- População de interesse do plano: migrantes; refugiados/solicitantes de refúgio; apátridas; nacionais de terceiros países; retornados e comunidades de acolhida. Abarca migração pendular, em trânsito e em destino.
- O Plano de ação é abrangente, dividido em quatro áreas de intervenção:
  - I. Resposta direta de emergência;
  - II. Proteção a refugiados e migrantes;
  - III. Integração socioeconômica e cultural e
  - IV. Fortalecimento das capacidades estatais. Visa complementar os foros e mecanismos regionais e nacionais existentes.
- A perspectiva de término do Plano é o ano de 2019 e pode ser redesenhado.
- O Plano visa reconhecer e apoiar os esforços nacionais e também os foros regionais.
- Desafios: a série de mudanças políticas no Brasil e na região pode afetar a resposta, como, por ex., a possível exigência de documentação na entrada nos migrantes no Brasil que pode afetar o aumento de fluxo nos demais países.
- Essa plataforma pretende dar coesão para oferecer uma resposta humanitária ao fluxo de migrantes, garantindo seus direitos.

Destaques da moderadora: o Plano enfrenta a magnitude do fenômeno. O curto prazo do Plano chama a atenção. Os eixos de atuação do plano refletem as dificuldades que os países têm. Além da perspectiva regional, o plano poderia ser adotado dentro do próprio Estado.





### Ulisses Dias de Carvalho, Ministério Público do Trabalho

resgatou a memória institucional e apresentou dados sobre a precária situação dos migrantes venezuelanos no mercado de trabalho no Brasil.

Principais pontos:

- Partimos de uma violação de direitos humanos, que precisa ser atendida pela rede de proteção e acolhimento por meio de uma visão multidisciplinar – saúde, educação, documentação, mercado de trabalho.
- O contexto atual do mercado de trabalho no Brasil não é favorável aos brasileiros e aos migrantes. De acordo com a última pesquisa do IBGE, no Brasil há 12 milhões de pessoas desempregadas, 11 milhões ocupadas sem registro formal e 23 milhões trabalhando por conta própria. Ao total são 50 milhões de pessoas à margem da proteção trabalhista e previdenciária.
- Com o processo migratório aumenta a demanda pela inserção no mercado de trabalho de pessoas que estão em situação vulnerável.
- Vamos pensar numa política pública para incentivar a inserção das pessoas venezuelanas no mercado de trabalho comum ou em nichos específicos, como foi feito com os bolivianos e os africanos? Já está sendo estudado isso?
- De acordo com estudos da Unicamp, o nicho de mercado é um setor bastante precarizado. O maior número de migrantes resgatados de trabalho escravo no Brasil é de bolivianos, na confecção. Por outro lado, no mercado comum há discriminação, xenofobia e precarização da relação de trabalho.
- O Ministério Público do Trabalho (MPT) vem acompanhando as políticas públicas criadas e implementadas pelo governo federal para o acolhimento e inserção das pessoas venezuelanas no mercado de trabalho.
- Há dificuldade de mapeamento das necessidades de inserção e empregabilidade. Não há estratégias para prevenir o aliciamento para o trabalho escravo, infantil e precário.
- Principalmente em Roraima, há aliciamento, trabalho escravo (15 foram resgatados este ano), trabalho infantil e substituição de mão de obra formal nacional pela mão de obra precarizada das pessoas venezuelanas, sem proteção.
- Em 2018, Roraima se tornou o quarto estado brasileiro com maior número de resgates de trabalhadores em situação análoga à escravidão. Todas pessoas venezuelanas. Entre 2015 e 2016, um trabalhador foi resgatado. Em 2017, foram seis. Em 2018, foram quinze. Os resultados não são maiores pois o MPT está com dificuldade de realizar operações devido à restrição



orçamentária. Há denúncias de trabalho escravo em garimpos ilegais no interior de Roraima, entre outros, mas o Estado não consegue atender essa demanda.

- Em levantamento rápido, foi identificada como rota de aliciamento a descida de pessoas venezuelanas de Boa Vista para Santarém (rota dos rios). De lá se espalham pelo país. Algumas vão até Cuiabá, onde há uma Casa dos Migrantes que presta um serviço de facilitação à documentação. Também houve um boato de que as condições nesta cidade eram melhores. No município, uma auditora fiscal do trabalho faz um trabalho voluntário de formalização dos migrantes e intermediação para o trabalho formal.
- Na crise migratória dos haitianos, o MPT ajuizou uma Ação Civil Pública em Rio Branco, Acre, em que a União se comprometia a garantir o acolhimento, a empregabilidade, a emissão de carteira de trabalho e facilitar a comunicação na língua das pessoas migrantes. O acordo judicial tem eficácia nacional, mas não está sendo cumprido pela União. Há vários casos de migrantes venezuelanos, interiorizados pelo processo formal, que chegaram a São Paulo sem carteira de trabalho, por exemplo.
- Diante deste quadro, o MPT expediu uma Nota Técnica recomendando à União que promova uma política efetiva de empregabilidade, e ações de prevenção e combate à precarização do trabalho, ao trabalho escravo, ao trabalho infantil, à discriminação e à xenofobia e ampliação da política pública de formação e qualificação técnica.
- Apenas entre setembro e outubro deste ano, setores de inteligência da Polícia Rodoviária Federal e da Agência Brasileira de Inteligência começaram a levantar a rota de tráfico de pessoas e de trabalho escravo. Também agora, o Sistema Nacional de Emprego (SINE) começou a articular uma ação com os estados para a introdução dos migrantes no sistema.
- Diante da fragilidade e do subdimensionamento da política pública nacional, a medida a ser adotada está em análise, levando em consideração as possibilidades do governo a partir de 2019, que será um ano bem difícil.

Destaque da moderadora – em que medida os fluxos migratórios podem impulsionar a melhoria nos contextos locais? A memória institucional mostra que a ACP ajuizada durante a crise migratória de pessoas haitianas no Brasil gerou mudança de paradigma na perspectiva de direitos. Esse fluxo de migração propiciou ganhos para o desenvolvimento de políticas públicas e para a legislação da temática migratória no Brasil. Houve avanços na normatização e em políticas públicas. O que o fluxo da migração venezuelana trará para a sociedade em termos de respostas, construção de políticas públicas, equipamentos sociais e de fortalecimento do tecido social? O quanto Boa Vista pode se beneficiar em termos econômicos, sociais e culturais e também em termos de políticas públicas?



**João Freitas de Castro Chavez,  
Representante da DPU**

falou sobre os avanços em relação à infância migrante e à acolhida humanitária no Brasil, sob a perspectiva da Defensoria Pública da União (Anexo 10).



- A DPU tem uma atuação bastante específica em relação à migração e ao refúgio no Brasil. Presente em todas as unidades federativas, a DPU tem uma área dedicada a migração e refúgio, em São Paulo, para atendimento individual em regularização migratória. Realiza *advocacy* parlamentar junto ao poder executivo, tutela coletiva e educação em direitos.
- Um grande marco aconteceu em dezembro de 2016, com o *habeas corpus* preventivo para impedir deportação coletiva de 450 pessoas venezuelanas, ainda sob a égide do Estatuto do Estrangeiro. A partir de então, houve uma intensificação da atuação da DPU neste tema, em Boa Vista e Pacaraima.
- Em outubro de 2017, aconteceu a missão preliminar em Pacaraima, em parceria com Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), e em janeiro de 2018 ocorreu missão do CNDH. Nessas missões ficou clara a necessidade de atuação presencial da DPU em Pacaraima, além de Boa Vista. Em agosto de 2018, teve início a atuação permanente da DPU em Pacaraima, na Operação Acolhida, com dois Defensores(as) Públicos(as) Federais.
- O principal objetivo da Missão em Pacaraima é a representação legal e análise de proteção para crianças e adolescentes separados, desacompanhados ou indocumentados, prevista na Resolução Conjunta nº 1, de 9 de agosto de 2017 CONANDA/CONARE/ CNlg /DPU.
- Outras atividades da DPU na Missão Pacaraima:
  - Monitoramento do controle migratório para prevenção do rechaço, repatriação ou inadmissão.
  - Orientação jurídica sobre regime de vistos (turismo, trânsito), documentos de viagem e regularização migratória.
  - Garantia de acesso a direitos básicos em Pacaraima (saúde, educação, registro civil, bancarização).
  - Suporte jurídico no diálogo interagências, principalmente OIM e ACNUR.
  - Visitas aos abrigos indígena Janokoida e BV-8.
- Foi criado um fluxograma com parâmetros para entrada migratória de crianças e adolescentes, adotado posteriormente pela Polícia Federal. Também foi criado um fluxograma para as duas formas de regularização de crianças e adolescentes: refúgio ou residência.
- A Resolução Conjunta nº 1/ 2017 traz o reconhecimento da infância migrante como tema específico de proteção. Envolve quatro órgãos: CONANDA,





CONARE, CNIG e DPU. Foi editada em agosto de 2017, antes da vigência da nova Lei de Migração. Teve influência do Comentário Geral nº 6/2005 do Comitê dos Direitos da Criança e do Adolescente e especialmente da Opinião Consultiva nº 21/2014.

- A Resolução Conjunta nº 1/ 2017 estabelece que não é necessária a regularização de guarda para a regularização migratória. Coube à DPU um encargo relevante, honroso, mas pesado: agente de assistência jurídica e também de proteção da criança e do adolescente. Os artigos 9º, 11 e 12 mencionam os procedimentos para crianças e adolescentes desamparados e indocumentados e também a atuação da DPU.

*Art. 9º A autoridade de fronteira, no momento do controle migratório, que receber a criança ou adolescente com indícios de estar desacompanhado ou separado deverá:*

*I – registrar a ocorrência;*

*II – realizar identificação biográfica preliminar que compreenderá o nome, gênero, data de nascimento, filiação e nacionalidade, extraídos dos documentos que a criança ou adolescente portar ou mediante declaração;*

*III – realizar a identificação biométrica para fins de consulta à difusão da INTERPOL ou de outros bancos de dados visando localização dos responsáveis legais;*

*IV – proceder ao registro de entrada no controle migratório;*

*V – notificar a Defensoria Pública da União;*

*VI – notificar representação do Conselho Tutelar para adoção das medidas protetivas cabíveis; e*

*VII – notificar a Vara da Infância e Adolescência.*

*§ 1º O processo deve ser conduzido de maneira segura, sensível à idade e ao gênero e de uma maneira justa, evitando-se o risco de qualquer violação de sua integridade física, respeitando sua dignidade humana e, em não se conseguindo identificar sua idade ou outras informações, deverá ser concedido o benefício da dúvida.*

*[...]*

*Art. 11º. A Defensoria Pública da União será responsável pelos pedidos de regularização migratória, solicitação de documentos e demais atos de proteção, como o preenchimento de “Formulário para análise de proteção” (ANEXO I), bem como acompanhar a criança ou o adolescente desacompanhado ou separado nos procedimentos subsequentes à sua identificação preliminar.*

*Art. 12. Após a entrevista, o defensor público federal responsável pelos pedidos de regularização migratória deverá realizar a oitiva da criança ou adolescente desacompanhado ou separado, indicando por meio de “Formulário para análise de proteção” (Anexo I) a possibilidade de:*

*I - Retorno à convivência familiar, conforme parâmetros de proteção integral e atenção ao interesse superior da criança e do adolescente;*

*II –proteção como refugiado ou apátrida;*



*III –proteção como vítima de tráfico de pessoas;*

*IV – outra medida de proteção migratória, conforme a legislação em vigor.*

*Parágrafo único A criança ou adolescente desacompanhado ou separado deverá ser consultado sobre as possibilidades de residência e acolhimento.*

- Em todos os casos de crianças e adolescentes desamparados e indocumentados a missão da DPU é realizar uma escuta qualificada e encaminhar para a regularização migratória e para as medidas protetivas.
- É difícil o trabalho de escuta qualificada para o preenchimento do formulário de análise de proteção, em pouco tempo e, muitas vezes, sem apoio de equipe de multidisciplinar, e assumir o ônus da proteção.
- Os primeiros resultados em dez semanas de atuação contínua da DPU são: 582 crianças e adolescentes entrevistados (média de 8,3 entrevistas por dia), mapeamento dos principais perfis de atenção e padronização e memória de entendimentos em hipóteses específicas.
- Desafios:
  - A tensão na análise de proteção entre entrada e regularização migratória x prevenção ao tráfico de pessoas.
  - Crianças venezuelanas indocumentadas, com menos de 10 anos, como traço de violação de direitos humanos.
  - Crianças em trânsito (Argentina, Peru) e necessidade de soluções regionais.
  - Adolescentes mães.
  - Os riscos da hiperproteção e do uso do superior interesse contra a criança migrante.

Destaques da moderadora:

- Recentemente tivemos um salto de qualidade na articulação entre DPU, MPE, MPT com os órgãos de defesa dos direitos de migrantes.
- O quanto os fluxos migratórios geram necessidade de resposta e oportunidades nas defensorias?
- Há um desafio de transversalizar o tema migratório nas políticas setoriais.
- Houve avanço em marco normativo e em ferramentas de gestão e de processos.
- É necessária a preservação da memória para influenciar o estabelecimento de novos conceitos e paradigmas.



---

## Rodada de debate – Mesa 5

### Infância

#### Perguntas

- Rejane: A Resolução Conjunta no 1/2017 é exclusiva para as pessoas migrantes venezuelanas ou extensiva aos demais grupos migratórios? (Para Dr. João)
- A solução jurídica encontrada para as crianças indocumentadas precisa ser socializada com MPE, DPE e Magistratura, que, em última análise trabalharão na preservação dos seus direitos assistenciais, a partir da interiorização.

#### Respostas

- A Resolução Conjunta tem aplicação para todas as nacionalidades. (Por João Freitas de Castro Chavez)
- Ainda não foi construído em Roraima um fluxo entre Judiciário, DPU e MPE. Em São Paulo já existe. (Por João Freitas de Castro Chavez)

### Operação Acolhida

#### Pergunta

- Andrea, do Ministério Público Militar, para João: Há percepção de melhora com a Operação Acolhida na situação de atendimento aos migrantes, comparada há dois anos? É relevante e necessário o emprego das Forças Armadas na Operação Acolhida?

#### Resposta

- Temos uma visão positiva muito boa dos serviços emergenciais e da logística da Operação Acolhida. O atendimento prestado pelos militares é adequado, gentil, cordial principalmente com as crianças e pessoas mais vulneráveis. O problema a ser aprimorado é a carência de medicamentos e falta de um hospital propriamente dito. Mas acredito que participação das Forças Armadas é uma questão política que transcende a mera questão logística. (Por João Freitas de Castro Chavez)

### Trabalho

#### Perguntas



- Rejane – Não tivemos êxito na recolocação profissional de pessoas migrantes no processo de interiorização.
- Seria possível o MPT estabelecer em TACs com empresas a obrigação de contratação de migrantes?
- A emissão das carteiras de trabalho no Norte do Brasil não está acompanhando o fluxo. Como fazer para que as pessoas tenham acesso a esse direito e não sejam aliciadas?
- Como você avalia a competição de empregabilidade dos migrantes venezuelanos no Brasil, hoje?
- Como podemos agir para que a resposta humanitária seja uma oportunidade de geração de trabalho, tanto para pessoas venezuelanas, quanto para brasileiras (Para o representante do MPT)
- Seria viável, previamente à interiorização, o acionamento do MPT para acompanhar o processo de inserção desses imigrantes como conversão de multas de TACs ou de ações condenatórias?

### Respostas

- Em 5 outubro de 2018, a partir de cobranças do MPT, o SINE Nacional enviou um ofício circular para as Superintendências Regionais de Trabalho e para os SINEs estaduais estabelecendo formas de atuação em relação aos imigrantes. Prevê o cadastramento de venezuelanos no SINE, o perfil laboral, a identificação e o engajamento das empresas para a contratação, a orientação e a inserção no mercado de trabalho, o apoio na certificação profissional, a qualificação profissional, a assistência mais próxima aos que foram resgatados de trabalho análogo à escravidão, o apoio ao empreendedorismo, o assessoramento técnico para aqueles que querem trabalhar de forma autônoma e o acesso ao crédito para geração de trabalho e emprego. Vamos acompanhar se as orientações estão sendo efetivamente implementadas. (Por Ulisses Dias de Carvalho)
- Em maio de 2018, o MT apoiou o Plano Nacional de Aprendizagem Profissional, dando prioridade para a contratação de aprendizes de 16 a 24 anos, sem limitação de idade para deficientes. Acho complexa a possibilidade de um TAC ou ajuizamento de ação pública para obrigar as empresas a priorizar a contratação de migrantes, pois haveria até possibilidade de discriminação. Além disso, uma ação civil pública só pode ser ajuizada para uma empresa específica e não para um setor como um todo. O que podemos é usar o Plano Nacional de Aprendizagem Profissional que dá preferência para as pessoas em situação de vulnerabilidade social. (Por Ulisses Dias de Carvalho)
- O Ministério do Trabalho está com uma força-tarefa para a emissão de carteira de trabalho em Roraima e para garantir a ampliação de auditores fiscais. (Por Ulisses Dias de Carvalho)



- Quase 950 carteiras de trabalho estão sendo expedidas por dia no Posto de Triagem em Boa Vista, com o objetivo de que ninguém seja interiorizado sem esse documento. (Por Guilherme Otero)
- As condições de empregabilidade como um todo, no Brasil, estão difíceis e precárias. O que podemos fazer é ativar o sistema de proteção laboral por meio do MT e do SINE para garantir a capacitação e o acompanhamento da inserção das pessoas com maior vulnerabilidade. (Por Ulisses Dias de Carvalho)

## Experiências regionais

### Pergunta

Rodrigues – Quais são as boas práticas em todos os países que poderiam se tornar um padrão para a região?

### Respostas

- A Permissão Temporária de Permanência, no Peru, é uma alternativa de regularização, mas têm custo de acessibilidade. Há um custo de deslocamento de cerca de 40 dólares até Lima, local onde são realizados os trâmites de regularização, além do eventual custo de permanência no local. Por exemplo, o sistema já ficou até 4 dias fora do ar e os migrantes tiveram que esperar. Isso é um empecilho para a regularização. (Por Sonia Cavalié)
- Quanto a padrões regionais, cada país tem a prerrogativa de colocar as regras e normas e exigências que quiser. Mas está dentro do Plano Regional divulgar as melhores práticas e fazer o *advocacy* para que as pessoas tenham o acesso mais facilitado possível à documentação. O governo brasileiro se destaca nas boas práticas, pois, atualmente, a pessoa migrante consegue entrar com seu pedido de documentação na fronteira e, na maioria dos casos, já sai com um protocolo, sem qualquer custo. É um grande esforço, com muitos atores envolvidos para isso acontecer. Uma questão a ser resolvida é a vacinação. Pessoas migrantes que passam por vários países acabam tomando a mesma vacina várias vezes. O Plano Regional pode ajudar a resolver esta questão. Por exemplo, pode ser criado um documento padrão reconhecido pelos países da região. (Por Guilherme Otero)

## Vulnerabilidade

### Perguntas

- Alira: peço comentário sobre o aliciamento das crianças Warao para a mendicância em Pacaraima (Para João).





- Ximenes, Ministério Público de Sergipe: Como é a situação de brasileiros que se encontram nas mesmas situações?
- Considerando as diversas violações de direitos humanos durante boa parte do ciclo migratório, qual importância dada à saúde mental destas pessoas e as medidas adotadas quanto a este tema?
- Que opinião merecem os processos de repatriação ou retorno de pessoas venezuelanas, tomando em conta as condições de segurança e socioeconômicas na Venezuela?

### Respostas

- Warao é um grupo vulnerável na Venezuela que já passou pelo deslocamento na década de 1970. Quando chegam ao Brasil experimentam situações de vulnerabilização, como o tráfico de pessoas, em especial de crianças. No protocolo da DPU está a visita semanal para entrevistas com as famílias, mulheres e crianças no abrigo dos Waraos. Na próxima semana, com o apoio da UNODC, temos uma missão em Belém sobre a prevenção ao tráfico de pessoas, voltada aos indígenas Warao. Será traçada uma orientação da DPU sobre o tema. (Por João Freitas de Castro Chavez)
- Temos trabalhado de forma articulada com os demais órgãos sobre o fluxo de adolescentes que chegam a Guarulhos e não são admitidos. Depois passam pela admissão extraordinária. Temos dificuldade em investigar. Quando os adolescentes saem imediatamente eles somem, mesmo quando encaminhados para abrigos. Eles não têm interesse em permanecer. O Brasil é um país de trânsito para os jovens indianos e asiáticos (Paquistão, Nepal). (Por João Freitas de Castro Chavez)
- As comunidades de acolhida dos migrantes estão incluídas na Plataforma Interagencial de integração e no Plano Regional e Planos Nacionais. Importante destacar que, do ponto de vista técnico e político da OIM e do Pacto Global de Migrações, tem-se a visão clara de que os fluxos migratórios têm o potencial de benefícios para os migrantes e para as comunidades que os acolhem. (Por Guilherme Otero)
- Muitos venezuelanos retornam ao seu país de origem por diversos motivos – levar medicamentos, dinheiro ou para buscar seus familiares, por ex. Há uma instrução normativa global da OIM para não permitir o retorno voluntário para a Venezuela, que precisaria ser sustentável do ponto de vista social, econômico e de direitos. Avalia-se que, neste momento, não há condições para um retorno sustentável, somente em casos específicos e pontuais, aprovados pelo diretor regional, para que não haja risco para a pessoa migrante ou refugiada. (Por Guilherme Otero)

Destaques finais da moderadora – Sonia ressaltou em sua fala a necessidade da centralidade da pessoa migrante nas respostas humanitárias, no Peru. Eu queria reforçar essa perspectiva da centralidade da pessoa migrante enquanto sujeito, não como objeto, na formulação dos marcos normativos, nas políticas, nas respostas. Há pessoas migrantes que são referência, na cidade de



São Paulo, na construção da política local de migrantes. Queria reforçar a perspectiva da centralidade nas pessoas e da dimensão humana de cada um, em seus trabalhos.

### **Contribuição adicional pós-evento**

Ismael Rins, *Defensor del Pueblo* de Río Cuarto, Argentina, impossibilitado de participar do evento, disponibilizou sua palestra sobre o papel das Defensorias Públicas como agente protetor dos grupos de atenção prioritária (Anexo 11) e sobre o projeto *Migrantes y fronteras - Campaña multiplataforma de sensibilización* (Anexos 12 e 13)



---

## Apresentação das relatorias e debate com *Federacion Iberoamerica de Ombudsman* – FIO

Participaram da mesa de encerramento:

- Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão – moderadora
- Gina Benavides, Defensora del Pueblo del Ecuador
- David Tezanos Pinto, Defensor del Pueblo da Bolívia
- Julia Unger, Diretora do PROFIO-GIZ



- Carmen Comas Mata-Mira, Secretária Técnica da Federação Ibero-americana de Ombudsman



- Ingrid Rusinque Osório, Defensoría del Pueblo de Colombia
- Alejandra Garcia Martinez, Defensoría del Pueblo de la Nacion Argentina
- Beatriz Contreras Reyes, Jefa de la Region Metropolitana de INDH de Chile
- Marcos Baras, Defensoría del Pueblo da Espanha
- Fernando Wing, Defensoría del Pueblo do Panamá
- Sonia Cavalié, Defensoría del Pueblo do Peru
- João Akira Omoto, Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União



A Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, abriu a mesa ressaltando a importância da diversidade de olhares e perspectivas para a mudança de paradigma sobre os desafios relacionados à questão migratória e também a relevância da autonomia dos grupos migratórios. Principais destaques de suas considerações:

- O evento não teria a mesma reflexão sem os vários aportes de lugares diferentes e a compreensão de que os desafios são semelhantes em todos os países.
- É preciso pensar de forma mais ampliada os desafios que excedem e colocam em questão a própria noção de fronteiras.
- Temos que fazer o exercício permanente de desconstrução do Estado, que herdamos da Revolução Francesa, para um outro modelo de Estado em que todas as coisas estão em trânsito, e, portanto, as pessoas também vão transitar muito mais reiteradamente entre esses espaços.
- Em que momento associamos o tema da migração com o tráfico de pessoas? Não é uma boa categoria, porque associa a migração a uma situação de criminalidade; parece que sempre na migração pode haver um fenômeno criminal. O tráfico de pessoas não depende da migração. A pior maneira de tratar a questão da migração é colocar pitadas de direito criminal e de direito penal. É muito importante dissociarmos os termos. Eu não acredito que em situação de trânsito mais acentuado haverá necessariamente uma situação de criminalidade.
- É preciso tratar com muita atenção os grupos migrantes que chegam ao Brasil e aos países e procurar entendê-los a partir da perspectiva deles (em vez da nossa) e exercitar muito a escuta.
- Há uma preocupação justa sobre o aliciamento de crianças da etnia Warao para a mendicância, mas há muito desconhecimento a respeito deste assunto. Foram produzidos alguns estudos antropológicos sobre essa população, que viveu um processo de desterritorialização e de deslocamento permanente dentro da Venezuela por conta de grandes empreendimentos. No Brasil, permanentemente, há populações diaspóricas devido a projetos de desenvolvimento, que se dão, basicamente, sobre recursos naturais. Os grupos foram se deslocando até chegar ao contexto urbano. O processo de coleta, que se dava em um ambiente rural, transforma-se em coleta de pedido de dinheiro em meio urbano. As famílias se organizam juntas no processo de coleta, do qual as crianças fazem parte. É fundamental para compreender que a questão de colocar as crianças em situação de mendicância não é tão simples, pois os Waraos se entendem numa atividade de coleta e levam as crianças para a transmissão de uma atividade que será reproduzida no futuro. Se não compreendermos isso, fragilizamos muitas lutas. Essa estratégia de usar o direito penal e o direito da criança e do adolescente contra grupos que são chamados diferentes é uma maneira de fragilizá-los. Temos que ter muito cuidado com essa perspectiva.
- Eu fui ao evento em Brasília das crianças sem terrinha<sup>13</sup>. Nunca vi nada tão bonito. Eles têm um processo de educação escolar que leva em conta a luta pela terra, como parte do contexto que vivem. Isso é muito bonito. No entanto, muitas lideranças da luta pela terra, da luta pelos indígenas e da luta quilombola já foram presas sob o argumento de

<sup>13</sup>

<http://www.mst.org.br/sem-terrinha/>



que elas levam suas crianças para uma situação de conflito e as colocam em vulnerabilidade.

- Vamos entender mais e melhor a questão de migrantes se entendermos que a nacionalidade é pouco importante sobre a maneira como nós nos organizamos. Como sociedades que pensam direitos humanos para todas as pessoas, com atenção especial a grupos específicos, nós nos abrimos mais facilmente a diversos desafios. Não precisaremos de uma política específica de mercado de trabalho para migrante. Vamos ter uma política de trabalho que seja inclusiva para todas as pessoas, com atenção especial a alguns grupos historicamente discriminados.
- Não cabe, quando falamos em direito, o paternalismo. Achamos que sabemos mais ou melhor do que o grupo ou a pessoa. Como se o sujeito, a pessoa, o grupo, não tivesse possibilidade de falar autonomamente o que quer. Mas se a informação chegar de forma adequada, as pessoas estarão absolutamente habilitadas a fazer suas escolhas.
- A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) em face da Agenda 2030<sup>14</sup> produziu um documento muito importante, em 2018<sup>15</sup>. É interessante a maneira como a Agenda 2030 apresenta os desafios e o imperativo de mudança, de paradigma, de desenvolvimento econômico, social e ambiental. É muito interessante a convocação aos países para repensar os seus modelos de desenvolvimento. O documento da CEPAL convoca as nações a pensarem agregando o maior número de pessoas diferentes, pois só é possível a mudança de paradigma ao se trazer olhares diversos para esse desafio. Chamar sempre os mesmos não vai mudar. O mesmo está numa zona de conforto que não permite mudanças. Pessoas de vários lugares, juntas, pensam mais e melhor. É sempre uma boa ideia.
- Acredito que saímos desses dois dias de seminário com muito mais reflexão e capacidade de ação e com a perspectiva desses muitos olhares sobre a mesma questão.



Após a apresentação da síntese das cinco mesas de trabalho feita pela relatoria (Anexo 14), os membros da última mesa finalizaram a atividade com um balanço sobre os resultados do Seminário. As principais conclusões dos representantes na mesa de encerramento do evento estão sistematizadas em blocos temáticos.

### Princípios sobre migração e direitos humanos

- A mobilidade humana é um tema da agenda nacional e mundial.

<sup>14</sup>

[www.agenda2030.com.br](http://www.agenda2030.com.br)

<sup>15</sup>

<https://www.cepal.org/es/publicaciones/43445-challenges-facing-latin-america-and-caribbean-regarding-financing-2030-agenda>





- A migração é uma questão transnacional. As medidas tomadas em um país afetam todos os demais.
- Os direitos humanos não têm fronteiras. Devem ser assegurados e respeitados.
- Todos têm direito à vida. Devem ser assegurados os elementos essenciais para a autonomia e empoderamento das pessoas migrantes, com direitos sociais, econômicos, culturais e igualdade em saúde, educação e segurança.
- As diferentes formas de violência, discriminação e xenofobia são inaceitáveis.

#### Mudança de paradigma

- Sugere-se o exercício permanente de desconstrução do modelo de Estação-Nação para um outro modelo de Estado em que todas as coisas e pessoas estão em trânsito livre.
- As trocas interculturais promovidas pelo processo migratório propiciam o surgimento de novas culturas e possibilidades para uma sociedade coletiva.
- É necessário humanizar as instituições que lidam com a temática migratória.
- Documento elaborado em 2018 pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) em face da Agenda 2030 é uma referência de mudança de paradigma sobre o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

#### Política permanente sobre migração

- Considerando que os fenômenos migratórios são cíclicos e fazem parte da história dos povos, são necessários mecanismos sólidos permanentes nos países para receber as pessoas migrantes de forma amigável.
- A migração venezuelana evidencia que o sistema de apoio às pessoas migrantes precisa ser aprimorado com soluções mais definitivas.

#### Políticas e ações articuladas e integradas

- Deve-se dar segmento à Declaração de Quito. Que cada instituição, em seu país, consiga atuar e propor ações em nível nacional e internacional.
- As políticas migratórias precisam estar articuladas e integradas a vários setores, principalmente saúde, educação e trabalho.
- O trabalho em conjunto entre Estados, instituições nacionais, sociedade civil, organizações internacionais e demais atores deve ser fomentado, bem como o compartilhamento de experiências e criação de soluções. As ações voluntárias devem ser fortalecidas.
- A avaliação dos processos é um componente a ser considerado, com análises consistentes das experiências negativas visando a realização de boas práticas.



- Documentação e regularização são as primeiras ações, pois para muitos a documentação é a oportunidade de ser uma pessoa. Fazem parte das políticas de integração.
- O tema crianças e adolescentes deve ter atenção especial pois ainda não é tratado em todos os países.

#### Conhecimento da realidade

- A busca pelo conhecimento sobre o que acontece na Venezuela e nos países, por meio de pesquisa e escuta é fundamental para compreender a realidade das pessoas migrantes.
- O entendimento dos grupos migratórios a partir da perspectiva das pessoas migrantes (empatia) contribui para que as suas necessidades sejam amplamente atendidas.

#### Comunicação e Educação

- A formação de cidadãos e cidadãs que compreendam a migração como direitos humanos precisa ser considerada nas estratégias de ação.
- O fortalecimento de ações de capacitação para a recepção da população venezuelana contribui para a prevenção da vulnerabilidade.
- Os meios de comunicação são muito relevantes na promoção de ações relacionadas à resposta humanitária.



#### Cuidado com o uso do direito penal na temática da migração

- O tema migração deve ser dissociado da criminalidade (tráfico, por ex.).
- Os Warao passaram por um processo de desterritorialização, devido a grandes empreendimentos, até chegar ao contexto urbano. A mendicância de crianças Warao é uma adaptação urbana ao tradicional processo de coleta que envolve toda família em seus territórios no ambiente rural. Deve-se tomar cuidado ao adotar a perspectiva do direito penal contra estes e



outros grupos que têm formas de organização distintas. Deve-se buscar conhecer seus contextos de vida.

#### Atenção especial às fronteiras

- Muitas vezes as comunidades da fronteira são pobres e vulneráveis e também precisam de cuidados e atenção especial, elemento importante para evitar a xenofobia.
- 



---

## Anexo

Anexo 1 – Apresentação de Ingrid Rusinque Osório, *Defensoría del Pueblo de Colombia*

Anexo 2 – Apresentação de Gabriella Gonçalves, Comitê Nacional para Refugiados – CONARE

Anexo 3 – Apresentação de Paulo Sérgio de Almeida, Representante do ACNUR no Brasil

Anexo 4 – Apresentação de Irmã Rosita Milesi, Diretora do Instituto Migrações Direitos Humanos (IMDH)

Anexo 5 – Artigo “Migração Venezuelana – A sociedade civil na atuação humanitária” - Irmã Rosita Milesi

Anexo 6 – Apresentação de Rosana Veja, Chefe Nacional de Proteção à Criança do UNICEF

Anexo 7 – Apresentação de Luz Mely Reyes - *Efecto Cocuyo*

Anexo 8 – Apresentação de Sonia Cavalié, *Defensoría del Pueblo do Peru*

Anexo 9 – Apresentação de Guilherme Otero, Organização Internacional para Migrações (OIM)

Anexo 10 – Apresentação de João Freitas de Castro Chavez - Representante da DPU

Anexo 11 – Apresentação de Ismael Rins, *Defensor del Pueblo* de Río Cuarto, Argentina - Papel das Defensorias Públicas como agente protetor dos grupos de atenção prioritária

Anexos 12 e 13 - Projeto *Migrantes y fronteras - Campaña multiplataforma de sensibilización* - Ismael Rins, *Defensor del Pueblo* de Río Cuarto, Argentina

Anexo 14 – Apresentação da relatoria



Soraia Mello

☎ (61) 9 8189 1728

✉ iaiamello

@ somellopro@gmail.com



Relatório Final: Seminário Ibero-americano  
Proteção aos direitos de Venezuelanas e Venezuelanos  
23 e 24 de outubro de 2018, São Paulo – SP